

AGORA

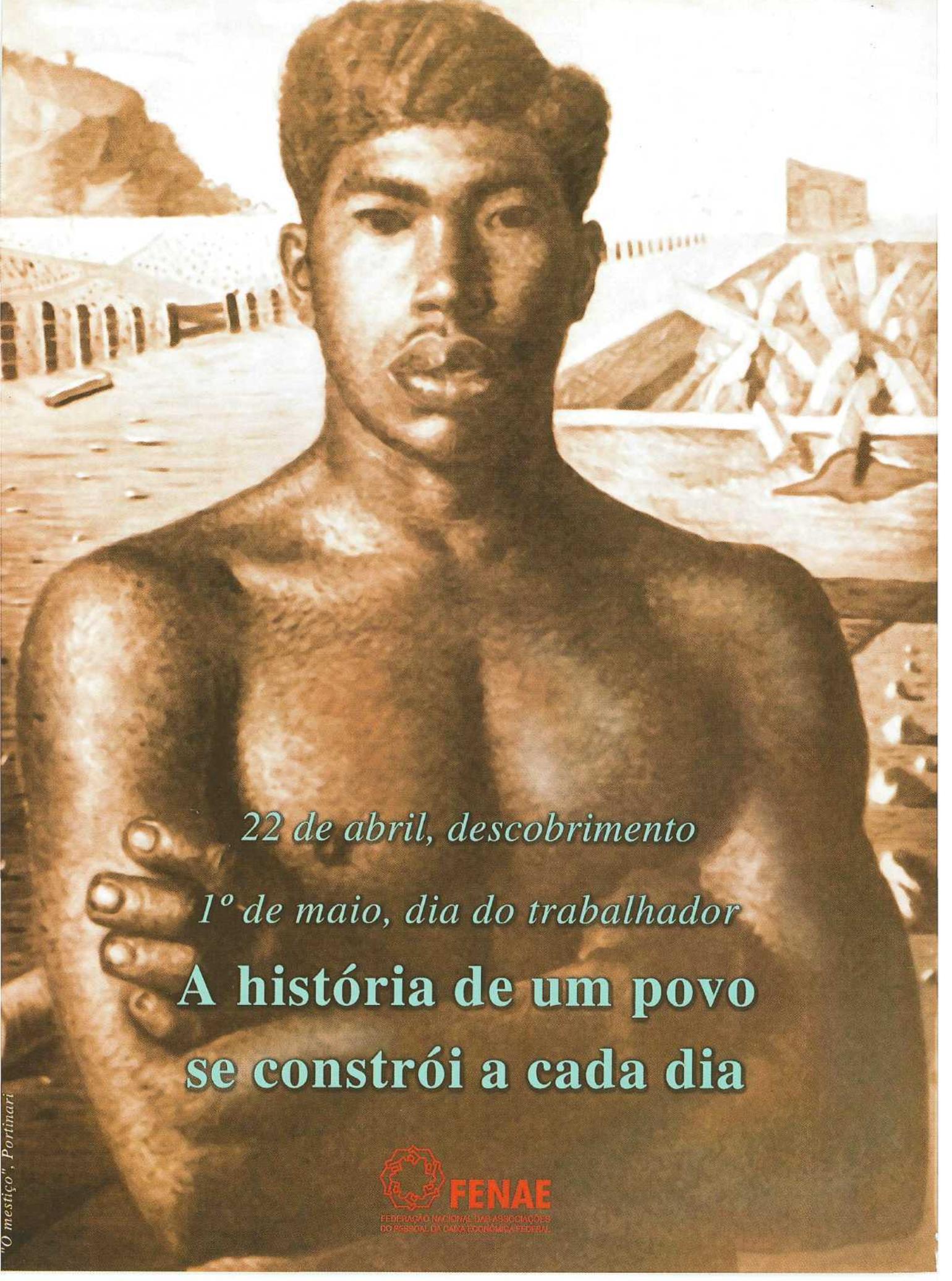
FENAE



*Trabalhadora infantil,
mestiça, na lavoura de
cana-de-açúcar, primeiro
produto cultivado no país*

500 anos de trabalho

A saga dos trabalhadores do Brasil

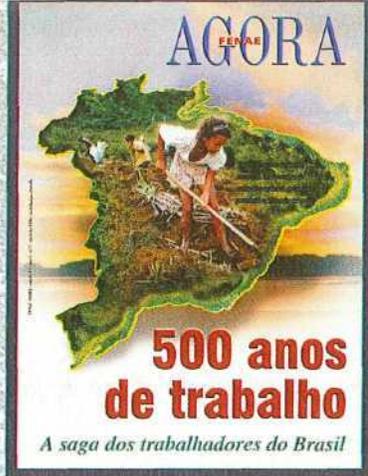


22 de abril, descobrimento

1º de maio, dia do trabalhador

**A história de um povo
se constrói a cada dia**





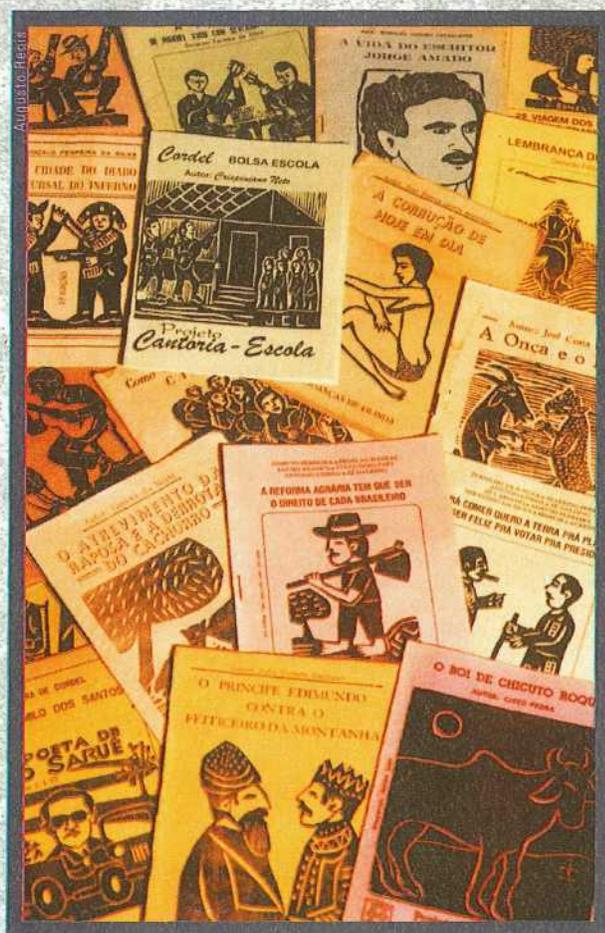
Capa: A história dos 500 anos de trabalho em terras brasileiras
Pág. 14



Falta de política adequada impossibilita que o cidadão tenha acesso à casa própria ou que more a custo baixo
Pág. 24

AGORA FENAE

- 5** Saiba como a Biblioteca Nacional contribui para a cultura do Brasil
- 7** Jânio de Freitas faz uma curiosa reflexão sobre as máximas olímpicas
- 8** O salário mínimo brasileiro é um dos mais baixos do mundo
- 10** Caixa quer transformar casas lotéricas em "quase agências"
- 13** "Em nome do deus-petróleo", segundo o jornalista Aloysio Biondi
- 23** Cacique Xicão Xucuru é um ícone da luta indígena no Brasil
- 29** A ameaça da privatização paira sobre os bancos públicos federais
- 30** COB prepara atletas brasileiros rumo ao topo do esporte olímpico mundial
- 34** "Os ninhos do samba", gênero nascido no Rio de Janeiro no início do século



Literatura de cordel conquista o interesse das universidades internacionais **Pág. 32**

Administração o redação:

Sétor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:

Carlos Borges

Vice-Presidente:

José Carlos Alonso

Diretor Financeiro:

José Durval Reis

Diretor de Relações no Trabalho:

Antônio Bráulio de Carvalho

Diretor Administrativo:

Pedro Eugênio Leite

Diretor de Esportes:

Jorge Peixoto de Mattos

Diretora Cultural:

Aparecida Diniz

Diretor Emérito:

Orlando César

Diretor Primeiro Suplente:

Vaumik Ribeiro da Silva

Diretora Segunda Suplente

Erika Kokay

Conselho Fiscal

Ozair Cataldi

Bernardete de Aquino

Francisca de Assis Silva

Suplentes

Jorge Cruz Marçal

Francisco Astrogildo Cruz

José Marcos de Almeida Costa

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Valmir Gongora

Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello

Secretário: Marcos Holanda Melo Saraiva

Edição o redação: Antônio José Reis,

Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi

Colaboradores: Jânio de Freitas,

Aloysio Biondi, Tárk de Souza e Adacir Reis

Diagramação: Hélder Narde

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf.

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

Além da história

O início da construção do Brasil, com a chegada dos europeus, marca também os cinco séculos do trabalho em nossas terras. Da extração do pau-brasil aos negócios pela Internet, essa também é a história da exploração dos trabalhadores, não somente através da escravidão.

O Brasil tomou forma ao sabor do desenvolvimento de sua economia. Primeiro, a ocupação estendeu-se pelo litoral, devido ao corte do pau-brasil e cultivo da cana-de-açúcar. À medida em que a colonização forçou a procura por novas fontes de riqueza, o interior passou a ser desbravado.

Nesse movimento, os primeiros trabalhadores, os índios e negros, representam os 500 anos da história do povo brasileiro: fundamentais para o nascimento deste país continental, nunca tiveram o devido reconhecimento histórico.

Hoje, coadjuvante na economia mundial, o Brasil detém 3% da força de trabalho do planeta. Dos 80 milhões de trabalhadores, boa parte está desempregada e muitos recebem apenas o salário mínimo, um dos menores do mundo. As discussões pelo seu aumento, que tomaram boa parte dos primeiros meses do ano, redundaram num aumento distante das necessida-

des desse enorme contingente de famílias.

Outra necessidade familiar, a moradia, é outra preocupação para milhões de brasileiros. Sem uma reforma urbana que altere as estruturas hoje existentes, percentuais significativos da população continuarão sem acesso à habitação de qualidade.

Qualidade é a palavra-chave no trato do esporte olímpico brasileiro, segundo projeto do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Carlos Arthur Nuzman, dirigente máximo da entidade, espera que o Brasil conquiste muitas medalhas em sua trajetória olímpica, do outro lado do mundo.

O que tem corrido o planeta, saída do Brasil, é a literatura de cordel. Divulgada na Internet, essa modalidade literária adotada pelo Nordeste é tema de pesquisas e disciplinas até mesmo em

universidades europeias. É o caminho de volta de um gênero que tem sua origem remota nos feudos europeus da Idade Média.

Abril, mês do descobrimento. Maio, mês dos trabalhadores. Nesse tempo, a certeza de que há muito mais a envolver a história do Brasil e de seu povo do que a simples proximidade no calendário. •

Os trabalhadores
do país nunca
tiveram o devido
reconhecimento



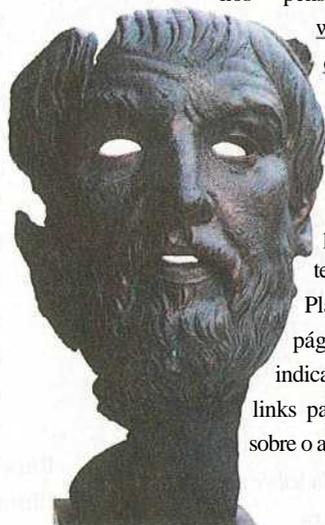
A magia está

no ar

Não se assuste, mas www.geocities.com/Athens/Atlantis/5099 traz tudo sobre a moderna bruxaria. O site explica o que é a wicca e também informa as principais datas do calendário pagão. O título da página não poderia ser mais apropriado: as bruxas estão soltas!

grandioso

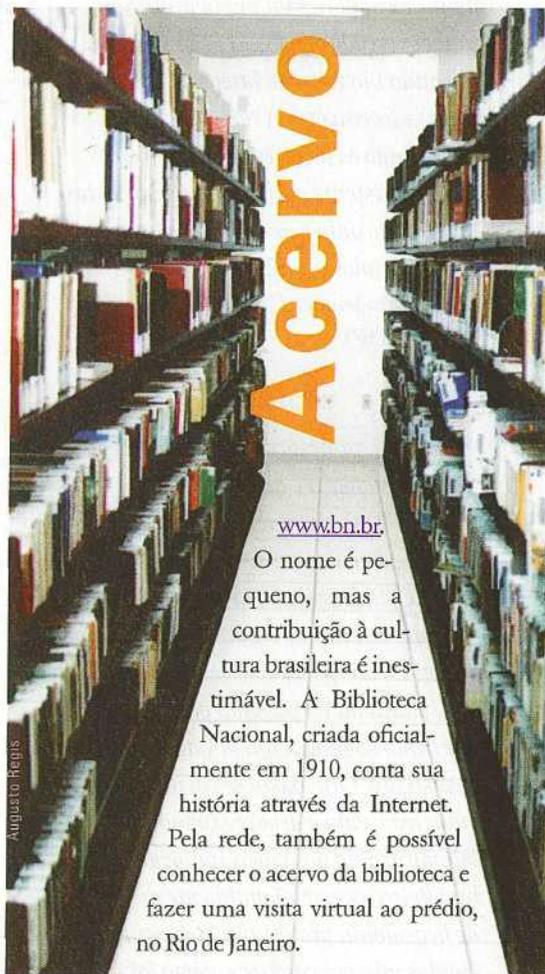
Livre
pensar



Da filosofia clássica aos mais modernos pensadores, o site www.consciencia.org traz tudo sobre o pensamento do homem através dos tempos. Uma boa pedida é ler, on-line, textos de Sócrates, Platão e Aristóteles. A página também tem indicações de livros e links para outras páginas sobre o assunto.

Fúria interna

O Japão está às voltas com atividades suspeitas de nada menos que 86 vulcões. A estimativa dos especialistas mostra que existem 1.500 vulcões ativos no mundo, 550 dos quais em terra firme. Mais preocupação: o volume de erupções vem aumentando nos últimos anos. Saiba tudo sobre vulcões na página www.geocities.com/Athens/Agora/7220/erupes.htm.



Acervo

www.bn.br.
O nome é pequeno, mas a contribuição à cultura brasileira é inestimável. A Biblioteca Nacional, criada oficialmente em 1910, conta sua história através da Internet. Pela rede, também é possível conhecer o acervo da biblioteca e fazer uma visita virtual ao prédio, no Rio de Janeiro.

FENAE AGORA: imprensa1@fenae.org.br

AGORA a revista do ano 2000

anuncie aqui e faça parte deste projeto

(61) 323-7516 - imprensa1@fenae.org.br

Qualidade

Gostaria de parabenizar os editores da FENAE AGORA. Os artigos publicados são de excelente redação, a editoração gráfica de muito bom gosto e os assuntos tratados de acordo com a atual situação da sociedade brasileira.

Sendo prestador de serviço na Caixa Econômica Federal, lotado na Gefin/MZ, contratado pela Politec Informática, tive a oportunidade de ler alguns exemplares da publicação. Sou também estudante do curso de História da União Pioneira de Integração Social (Upis) e as edições da revista têm complementado os meus estudos, com a correlação existente entre as matérias vistas em salas de aula e os assuntos de caráter social tratados por FENAE AGORA.

Rodrigo Rodrigues Costa e Lima
Brasília (DF)

Protesto

Quero protestar contra a matéria "Missões: apogeu e queda do sonho Guarani", em que a revista FENAE AGORA, de maneira simplista, arbitrária e tendenciosa, tentou atribuir unicamente às missões católicas a causa do genocídio dos povos indígenas. A falsa tese, plantada no passado por aqueles que tanto odeiam a Igreja Católica, não se sustenta. Ora, basta se verificar - de maneira isenta e desapassionada - que o mesmo drama dos povos indígenas brasileiros ocorreu igualmente em países de hegemonia protestante, sem influência das missões católicas, como foi o caso dos Estados Unidos da América.

Finalmente, deve-se reafirmar que nunca a Igreja Católica teria "vendido" indulgências, como se admitiu na reportagem. A bem da verdade, deve-se afirmar que não há um documento oficial sequer que comprove que alguma vez a Igreja teria ensinado que as indulgências deveriam ser "vendidas", como as-

sim no passado Lutero interpretou, devido talvez à pregação exagerada ou errônea de alguns clérigos alemães.

Luiz Eduardo de Arruda
Brasília (DF)

Disposição

Gostaríamos de parabenizá-los pela excelente matéria publicada pela revista FENAE AGORA, intitulada "Missões: apogeu e queda do sonho Guarani".

José Roberto de Oliveira
Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Turismo do estado do Rio Grande do Sul
Porto Alegre (RS)

Fidelidade

Desejo cumprimentá-los pela excelente reportagem sobre os Sete Povos das Missões, publicada pela FENAE AGORA. O artigo de Antônio José Reis retrata com fidelidade a grande epopéia guaranítica.

O Campus de Santo Ângelo da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) possui um considerável e qualificado acervo em sua biblioteca no Centro de Cultura Missioneira, versando sobre o assunto.
Cleo Joaquim Ortigara
Reitor da URI
Erechim (RS)

Contundência

Gostei muito da última edição da revista. A parte gráfica está muito bonita. Parabéns pelas matérias, com temas atuais e enfoques bastante contundentes.

Benedito Prezia
São Paulo (SP)

Poesia

A poetisa catarinense Rosa Jurandir Braz, leitora da FENAE AGORA, é mãe de dois empregados da Caixa Econômica Federal. A pedido de sua filha Lúcia Inês Braz, empregada da Caixa (agência Blumenau), a revista publica

um de seus poemas, intitulado "O nome do indiozinho";

"Diz-me a verdade, não mente!
'Quinhentos' é nome de gente?
Pois é o nome que vão dar
a um indiozinho do Pará,
que nasceu em Cambucá,
um recanto mais pra lá
que o recanto mais pra cá.
Por que será?
Não consigo adivinhar
mas 'spera' aí, vou tentar
pensar, amigo, pensar...
Nasceu em 22 de abril.
Pôr o nome de 'Quinhentos',
se há tantos nomes, mais de mil...?!
Ah, mas estamos atentos!
O indiozinho é 'Quinhentos'
em homenagem ao Brasil,
que em dois mil é 'Quinhentão'!
Será que é? Será que não?
Qual a sua opinião?
O fato é: 'stão' a falar
que o indiozinho do Pará
não é João... nem Jamil;
o nome dele será
'Quinhentos domeu Brasil!'"

Rosa Jurandir Braz
Blumenau (SC)

Entreguismo

É lamentável saber que o governo FHC privatiza tudo o que é nosso, numa total atitude entreguista. Quer extinguir também com a Caixa, BB e Petrobras, que sempre mantiveram seus objetivos sociais.

...Outro lembrete precioso: a existência da FENAE AGORA, o nosso alerta.

José Maria da Costa
Cambuquira (MG)

• A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).•

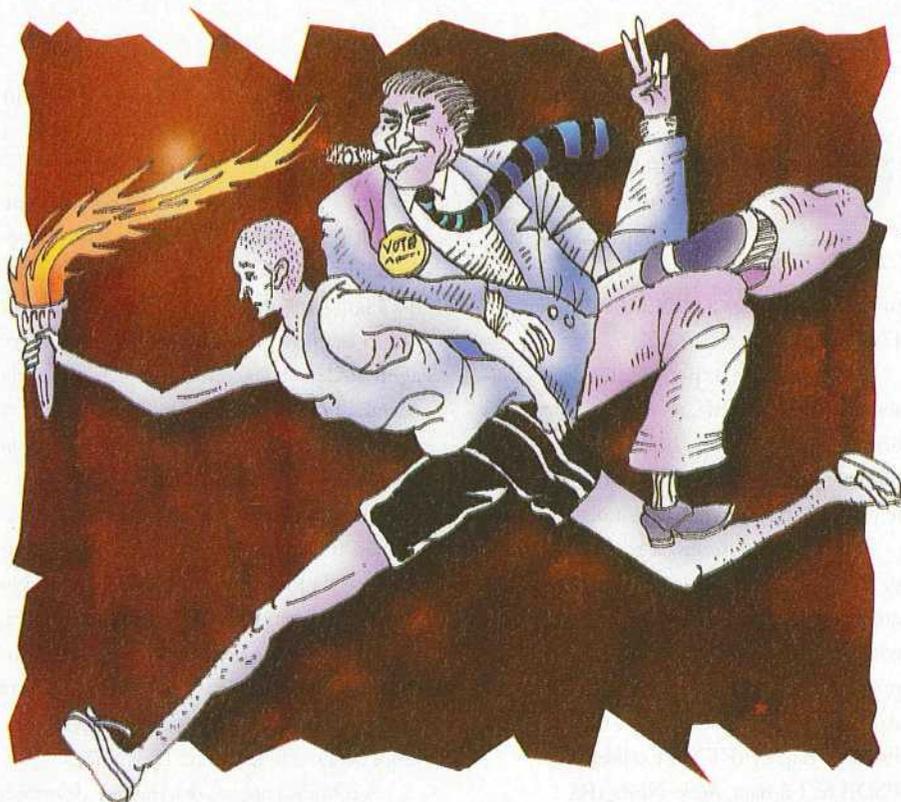
Máximas olímpicas

■ Jânio de Freitas

Logo o Brasil estará com todas as suas atenções e emoções dedicadas a duas olimpíadas. Uma, é a maior em termos mundiais. Outra, a maior em âmbito nacional. Ambas ocorrem com intervalos de quatro anos, e não por acaso; o intervalo serve para despertar o interesse do público quando das olimpíadas seguinte, ou, do contrário, todos se aperceberiam de pressa de que as duas olimpíadas são mais cansativas do que úteis.

Se os gregos do passado tinham razão, e demonstraram ter mais razão e razões do que todos os povos de todos os tempos, em uma das olimpíadas o Brasil é um caso vergonhoso. Entendiam os gregos que os esportes e suas competições indicam o grau de dedicação dos governantes à saúde e à educação do povo. Com uma conclusão traduzida pelos latinos neste axioma que resistiu a 20 séculos: "mens sana in corpore sano". Pois então não é preciso dizer mais sobre o Brasil e seus governantes, em se tratando de país com uma população gigantesca, gente de todos os tipos para todas as necessidades, mas que leva surras humilhantes até de países pequenos, nos câmputos finais das olimpíadas.

Se o povo tem razão, e uma segunda máxima milenar assegura que "a voz do povo é a voz de Deus", na outra olimpíada o Brasil não é um caso menos vergonhoso do que o é na precedente. As eleições de prefeitos e vereadores não têm melhorado as cidades brasileiras. Muito ao contrário. Os casos de administração competente e honesta, nas prefeituras, são muito raros. É impossível fazer uma estimativa, mas não conviria apostar



nem um centavo em proporção que excedesse os 5% de prefeitos honrados e capazes. Acha que 5% é muito? É, provavelmente, um percentual exagerado, mas aposta sem algum risco de erro não tem graça. Seria como reeleição de presidente que compra os votos necessários.

O que tem acontecido com a cidade mais rica da América Latina é muito eloquente. São Paulo não perde para nenhuma em velocidade de degradação da vida urbana e em desmoralização das funções administrativas e políticas municipais. Lá e em qualquer lugar do Brasil, tudo isso tem uma explicação simples: as eleições brasileiras estão transformadas

em caminho para um modo de enriquecimento fácil e rápido. Nada a ver com interesse público, tudo a ver com as possibilidades, tão numerosas, de fazer fortuna ilícita. Assim é e assim será cada vez mais, porque a fiscalização é praticamente inexistente e a impunidade uma certeza.

E, no entanto, é preciso continuar com eleições, porque, reza uma outra máxima milenar, "a esperança é a última que morre".

Jânio de Freitas,
jornalista

Por uma nota de

Quando o assunto é salário mínimo, o Brasil é quase inigualável. Só tem par com países como Serra Leoa e Botswana, em que o salário mínimo mal chega a US\$ 70,00. Aqui, os R\$ 136,00 equivalem a US\$ 77,00.

Resta saber se os presidentes desses países, em contrapartida, recebem os atuais R\$ 8.500,00 do mandatário brasileiro, com possibilidade de subir para R\$ 11.500,00, o novo teto dos salários dos ministros judiciários.

Nos últimos meses, a sociedade acompanhou e participou das discussões sobre o aumento do salário mínimo. De uma hora para outra, uniram-se figuras tão díspares como o deputado federal Paulo Paim (PT-RS) e o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), seu colega Eduardo Suplicy (PT-SP) e o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG). Em pauta, o que foi chamado pela imprensa de "leilão do salário mínimo". PFL e PT defenderam a

equiparação a US\$ 100,00. O PSDB insistiu que o aumento do mínimo quebraria a Previdência Social, sempre ela.

Em audiência na comissão especial que analisa o aumento do mínimo desde fevereiro, na Câmara dos Deputados, o ministro do Planejamento, Martus Tavares, alegou que o reajuste "tem impacto inflacionário, agrava o déficit das contas públicas e estimula o trabalho informal". O governo acabou anunciando um salário de R\$ 151,00 ainda em abril.

Ainda segundo o ministro, caso aumentasse para R\$ 177,00, o mínimo aumentaria as despesas da Previdência em R\$ 6 bilhões. No mesmo dia em que Tavares falava na Câmara, em 16 de março, o deputado federal Luiz Antônio de Medeiros (PFL-SP) divulgou lista com os 200 maiores devedores da Previdência, cujos débitos chegam a R\$ 15,3 bilhões.

A cobrança apenas dos maiores devedores cobriria o déficit da Previdência e possibilitaria o aumento do salário mínimo, sem nenhuma outra fonte de receita.

O vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Vaccari Neto, acredita que "a recuperação do valor do salário

mínimo deveria ser acompanhada por um projeto de desenvolvimento e distribuição de renda".

Fontes Os defensores da equiparação do mínimo a US\$ 100,00 apontam várias fontes de financiamento do aumento. Entre elas, estão o fundo de combate à pobreza, o refinanciamento das dívidas das empresas com a Receita Federal e a Previdência, a tributação sobre as grandes fortunas e sobre o lucro dos bancos, a recuperação dos recursos investidos no Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e outros.

"O salário mínimo só traz impactos positivos à economia", alega o deputado Paulo Paim. O deputado gaúcho elegeu como seu tema prioritário, desde que iniciou sua vida parlamentar, há quatro mandatos, a questão salarial dos trabalhadores. Segundo Paim, 10 milhões de trabalhadores com carteira assinada e outros tantos do mercado informal ganham o mínimo.

Paim ainda aponta que o projeto prevê, gradualmente, a recomposição do valor real do salário mínimo. Será uma tarefa árdua. Se mantivesse o mesmo valor da época em que foi criado, em julho de 1940, o mínimo deveria estar em R\$ 569,61.

Mas já houve dias ainda melhores, de acordo com levantamento do Depar-

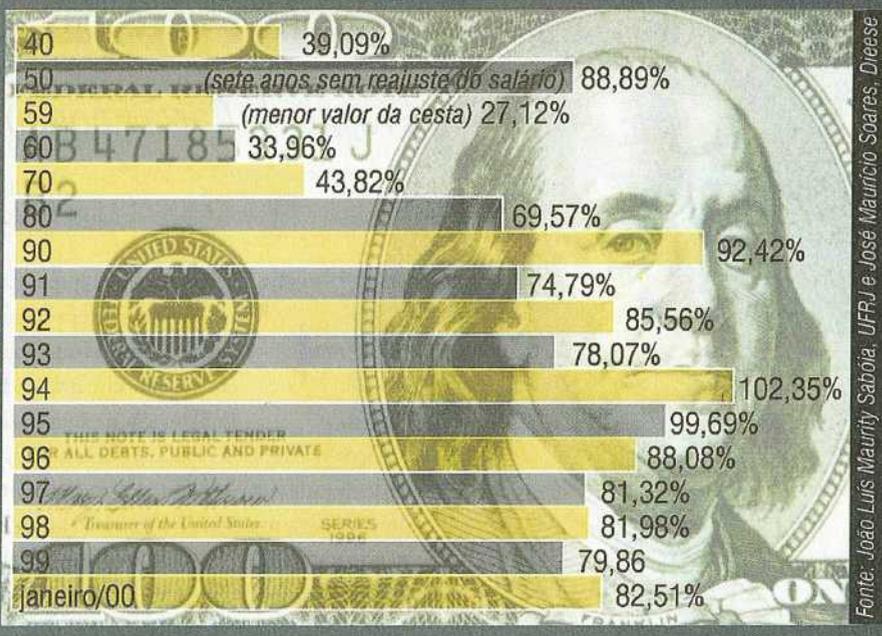
**Médias anuais do salário mínimo
Município de São Paulo
Em R\$ de janeiro/2000**



eUS\$100

Luta pelos US\$ 100,00 para o mínimo vem de muitos anos

Porcentagem do salário mínimo necessária para comprar a cesta básica



tamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Se fôssemos retroagir a janeiro de 1959, o mínimo seria de R\$ 820,71. Há ainda outro valor superior a R\$ 800,00, no mês de agosto de 56 (R\$ 811,72).

Sobre o salário mínimo de janeiro de 2000, o menor valor equivalente aconteceu em abril de 95, quando o mínimo seria, em relação a hoje, R\$ 104,80. Dos 10 menores valores do mínimo, apenas um é anterior a julho de 1994. Ou seja, o Plano Real achatou o valor do menor salário pago no país.

Já com relação ao salário mínimo necessário, também calculado pelo Dieese, a disparidade é ainda maior. Baseado no artigo 7º,

inciso IV da Constituição Federal de 1988, o órgão calcula o valor necessário, para o último mês de fevereiro, em R\$ 930,83. A CF diz que "são direitos dos trabalhadores um salário mínimo (...) capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo".

Ou seja, mesmo os US\$ 100,00 estão muito longe do que o trabalhador precisa. R\$ 151,00, então... O ideal mesmo seria que a diferença entre o piso e o teto não fosse tão grande. Nem em Botswana ou Serra Leoa deve ser como no Brasil. •

Não é de hoje que se tenta vincular o salário mínimo ao valor, quase paradigmático, de US\$ 100,00. Durante vários momentos desde sua criação, em 1940, o salário mínimo chegou a superar, inclusive, esse valor. Porém, desde 1994 os trabalhadores recebem menos que US\$ 100,00 caso ganhem salário mínimo.

Nos tempos de inflação alta, o Congresso Nacional aprovou leis para recompor o salário mínimo a cada seis meses. Depois, esse tempo foi sendo encurtado: três meses, dois, um, enquanto a inflação superava os dois dígitos mensais.

Projeto do PT, apresentado ainda em 94, garantia o reajuste equivalente aos valores que estão sendo negociados hoje. Aprovada, a matéria foi vetada por Fernando Henrique Cardoso, em um de seus primeiros atos como presidente, no início de 95.

O próprio presidente enviou nova matéria ao Congresso, mas excluindo os mais de 18 milhões de aposentados do reajuste. Como o PT obteve a relatoria desse projeto, todos os trabalhadores podem ser beneficiados com o eventual aumento. Isso, é claro, se o presidente não vetar o projeto novamente, depois de aprovado. Caso, ainda, seja votado.

"Sabendo que a política econômica do governo não levaria em conta a distribuição de renda e a questão social e que o real seria desvalorizado, apresentamos o projeto de lei 001/95, garantindo que o salário mínimo deveria ser de R\$ 180,00. Esse projeto, que corresponde hoje aos US\$ 100,00, teve aprovada sua urgência urgentíssima em junho de 98, e até hoje não foi votado", diz o deputado Paulo Paim (PT-RS).



Lotéri "quas

Projeto da Caixa Econômica

Falta pouco para que as casas lotéricas virem agências da Caixa. Muito pouco. Já está em avançada implantação a extensão de serviços bancários às lotéricas, como a captação de caderneta de poupança, inicialmente prevista para março. Até o final do ano, segundo entrevista concedida em janeiro pelo diretor Fernando Carneiro, da Caixa, a intenção é que as lojas paguem benefícios sociais, como seguro-desemprego, PIS e outros.

A ampliação dos serviços é acompanhada pelo aumento no número de casas lotéricas espalhadas pelo Brasil. Hoje são 4.200. Ainda este ano, devem entrar em funcionamento outras 2.000.

Ser parceiro da Caixa parece ser um atrativo e tanto. Para as primeiras 500 concessões de loterias disponibilizadas pela empresa, surgiram nada menos que 10 mil inscritos em todo o país. E a direção da Caixa aposta no incremento dessa parceria, enquanto não vai longe o tempo em que muitas casas eram utilizadas como fachada para a legalização do jogo do bicho e para lavagem de dinheiro.

Segundo a diretoria, a prioridade da Caixa

Cas viram e agências"

ederal visa diminuir fluxo de clientes às agências

na área é ampliar os serviços oferecidos à classe baixa nas lotéricas, especialmente para captar depósitos de pequeno valor. Com isso, as agências próprias da Caixa se voltariam principalmente a clientes de maior renda. Ou, de acordo com Carneiro, a Caixa escolhe as pessoas físicas em geral e as pequenas e microempresas como seus clientes preferenciais. Ele não tratou do impacto dessa parceria estendida para o quadro de pessoal da empresa, já que a ampliação dos serviços nas lotéricas pode acabar esvaziando as agências próprias da Caixa.

'A Caixa é o maior banco de varejo com vocação social.

Não pretendemos concorrer com outras instituições para atendermos grandes empresas", disse o diretor, em entrevista no final de janeiro. Procurado pela revista **FENAE AGORA**, através da assessoria de comunicação da Caixa, até o fechamento dessa edição o diretor não respondeu às perguntas, enviadas ainda no dia 21 de fevereiro. A revista solicitou à Caixa esclarecimentos em temas como: a criação de novas agências como melhor forma

de ampliar a rede de atendimento da empresa; a segurança nas casas lotéricas; a extensão do acesso das lotéricas aos sistemas internos da Caixa, garantindo o sigilo das informações sobre os clientes; o treinamento necessário aos funcionários das lotéricas, entre outros.

Para o movimento dos empregados da

Caixa, a utilização ostensiva das casas lotéricas representa mais um passo na terceirização dos serviços da empresa. Em tese, não é papel dos bancos receber contas ou fazer pequenos pagamentos, e isso acontece em boa parte dos países. No entanto, as instituições financeiras no Brasil não se voltaram para suas

funções típicas, como a concessão de crédito.

Ou seja, os bancos têm deixado de realizar serviços e não passam a atuar em atividades tipicamente bancárias, continuando a apostar na ciranda financeira, como comprovam os altos lucros obtidos no ano passado. A Caixa, que tem perfil social, acaba assim abrindo mão de uma importante fonte de recursos, como já acontece em várias outras áreas.

No ano passado, as casas lotéricas receberam 42 milhões de contas

Segurança nas casas lotéricas preocupa os empresários

A preocupação com a segurança das casas lotéricas já chegou à Câmara dos Deputados. Projeto prevê a contratação de vigilantes para todos os pontos do país, na proporção de um vigilante a cada quatro máquinas de autenticação. A conta tem destino certo: a rentabilidade da própria Caixa Econômica Federal sobre as loterias.

O projeto é de autoria do deputado federal Jorge Pinheiro (PMDB-DF) e prevê a contratação dos profissionais por parte da Caixa, que os cederá às lotéricas. Para que a empresa suporte mais essa despesa com o setor, o projeto altera o rateio dos prêmios. A Caixa passará a receber 0,5% a mais, diminuindo no mesmo percentual o prêmio líquido das empresas lotéricas.

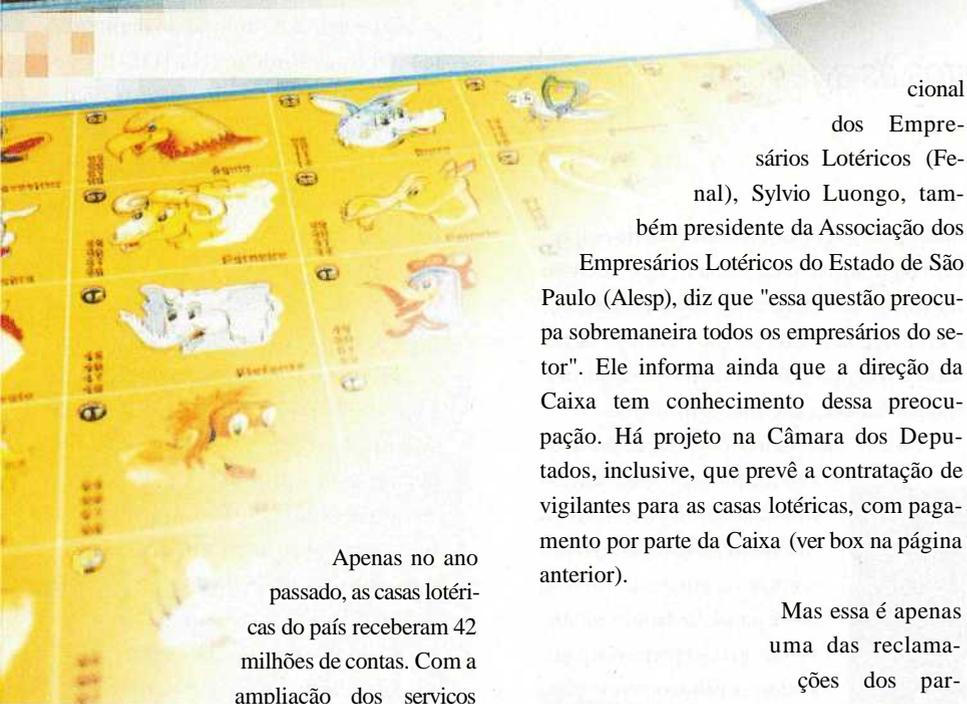
Mas o projeto, que está tramitando hoje na Câmara, prevê também um sistema de segurança para as lojas, inclusive com equipamentos. Esses não seriam arcados pela Caixa, mas a empresa deve abrir uma linha de crédito específica aos lotéricos, com condições facilitadas de prazo e correção.

O deputado que elaborou o projeto reconhece que as casas lotéricas "transformaram-se em verdadeiros postos bancários, cobrando contas, carnes, tarifas e outros serviços, além de efetuarem os jogos das diversas loterias".

Pinheiro alega ainda que o projeto proporcionará a geração de 10 mil empregos diretos, uma vez que a proposta é manter um vigilante a cada quatro máquinas. Outra projeção do deputado é uma quantidade igual de empregos indiretos, incluindo treinamento e supervisão desse pessoal.



Augusto Regis



Apenas no ano passado, as casas lotéricas do país receberam 42 milhões de contas. Com a ampliação dos serviços

oferecidos, surge outra preocupação: a segurança de clientes e trabalhadores. Os assaltos às lotéricas vêm crescendo no país, especialmente em épocas de prêmios acumulados das loterias. Há casos de gerentes de lotéricas seqüestrados, assim como gerentes de agências bancárias.

Como o pagamento de benefícios pressupõe um caixa mais elevado, seria necessário equipar as casas com cofres, equipamentos e vigilantes. Caso contrário, as lotéricas vão se transformar no novo alvo preferencial das quadrilhas, em detrimento das agências bancárias.

O vice-presidente da Federação Na-

cional dos Empresários Lotéricos (Fenal), Sylvio Luongo, também presidente da Associação dos Empresários Lotéricos do Estado de São Paulo (Alesp), diz que "essa questão preocupa sobremaneira todos os empresários do setor". Ele informa ainda que a direção da Caixa tem conhecimento dessa preocupação. Há projeto na Câmara dos Deputados, inclusive, que prevê a contratação de vigilantes para as casas lotéricas, com pagamento por parte da Caixa (ver box na página anterior).

Mas essa é apenas uma das reclamações dos parceiros pre-

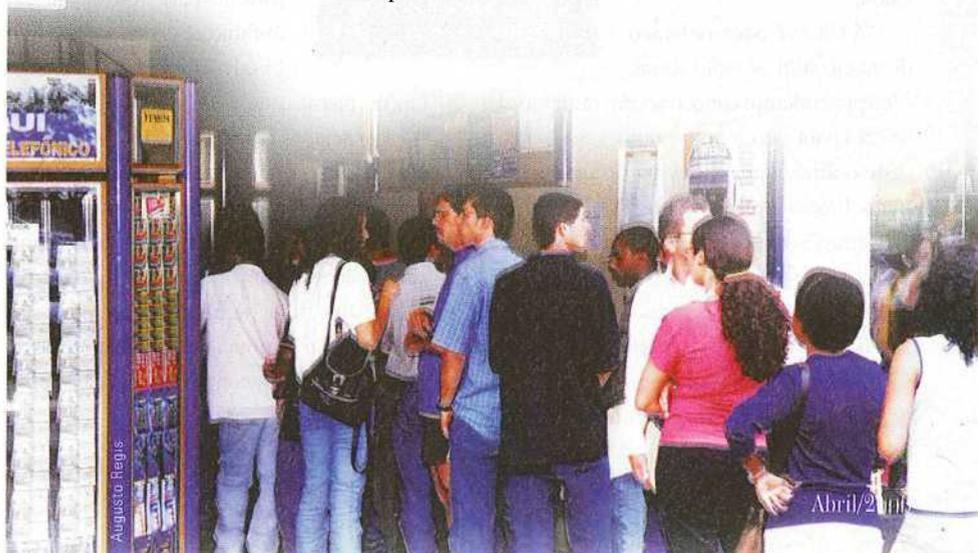
ferenciais da Caixa. Em recente artigo no jornal da federação, Sylvio Luongo aponta, entre as dificuldades da classe, "a baixa rentabilidade, produtos defasados, ameaças de paralisação no recebimento de contas, lançamentos de produtos equivocados, propagandas precárias, proibições, pressões e falta de humildade para corrigir o curso que está levando a categoria para o abismo".

Apesar dos problemas, os empresários do setor gostaram das mudanças propostas pela Caixa. Mas com ressalvas: "A princípio, não somos contra o aumento da rede, mas apenas nos municípios onde não há lotéricas. Nos centros mais populosos há lojas em excesso, o que pode provocar uma queda no faturamento, que já não está tão bom assim", diz Luongo.

Já sobre a ampliação dos serviços, o dirigente da Fenae observa que "a filosofia da Caixa é de parceria com os lotéricos". Ele inclusive alega que o setor "aceita qualquer serviço, dependendo da remuneração". Aí reside outro problema. Uma das principais reclamações dos empresários é que "a Caixa já vem com a tarifa determinada, muito baixa, longe do ideal".

Em outras questões, a parceria entre a Caixa e os agentes lotéricos caminha bem. A nova padronização da rede lotérica vai demandar patrocínio, pela empresa, de R\$ 250,00 por metro linear do letreiro, acrescidos de 15% para despesas adicionais nos demais itens. As lojas comprometeram-se, em acordo, a adaptar suas fachadas até este mês. A padronização interna será feita em dois anos.

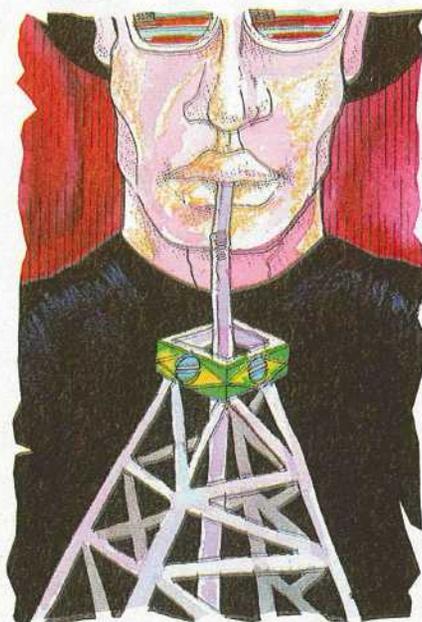
Para isso, será aberta linha de crédito com prazo de 24 meses e juros de 10% ao ano, mais taxa referencial (TR); outra opção é a abertura de uma conta nacional de padronização, com prazo de 24 meses, sem juros. •



Em nome do deus-petróleo

■ Aloysio Biondi

Foram R\$ 125 bilhões, só em juros, enfrentados pelo governo federal em 1999 - segundo o Banco Central. Não foi possível pagá-los, óbvio, e o jeito foi emitir mais e mais bilhões em títulos ("papagaios") federais, fazendo a dívida interna continuar explodindo. Nenhum motivo, portanto, para reduzir a desconfiança dos banqueiros internacionais, de olho nas contas do governo, com medo de um "calote". No front externo, igualmente, nenhuma mudança: o saldo de US\$ 5 bilhões na balança comercial (exportações menos importações) continua a ser apenas mais um dos chutes otimistas que o governo desfere permanentemente. As exportações não avançam, as importações de peças e componentes, realizadas pelas multinacionais que agora dominam o país, voltam a crescer (quase 30% em fevereiro). E, no dia-a-dia da economia, a recessão persiste: até o consumo da cervejinha caiu 10%, idem para a gasolina, a venda de comida recuou mais 4% nos supermercados em janeiro, tudo explicado pela perda de poder aquisitivo do brasileiro, que o próprio IBGE é obrigado a admitir, ao anunciar um recuo de 5,5% para os rendimentos dos trabalhadores em 1999. Apesar de todas essas nuvens negras, o governo FHC segue em frente, intrépido, com a preciosa ajuda dos países ricos. Um apoio que ainda por cima ganhou um poderoso reforço com a nova disparada dos preços do petróleo, acima dos 30 dólares o barril, no mercado mundial. Totalmente dependentes de combustíveis para gerar energia em usinas termelétricas e manter suas econo-



mias em funcionamento, mais do que nunca as nações ricas fazem o possível e o impossível para dominarem, através de suas multinacionais, as reservas de petróleo dos países pobres. Uma missão que o governo FHC vem cumprindo, com o esquiteamento da Petrobras e os novos leilões, previstos para este semestre, de outras áreas petrolíferas fabulosas do litoral brasileiro, descobertas pela estatal. Em nome do deus-petróleo, os países ricos orientam seus banqueiros a injetarem seus dólares no país.

A expectativa de uma reviravolta na política econômica do governo, voltada claramente para os interesses dos países ricos, continua a frustrar-se - com a permanente colaboração dos meios de comunicação. Sempre sintônizados com o discurso do governo, eles esconderam ou simplesmente não noticiaram, entre tan-

tos exemplos, o acordo realizado em fevereiro entre a Rússia e um bloco de banqueiros internacionais. Após um ano e meio de negociações, desde a suspensão do pagamento de suas dívidas externas em agosto de 1998, a Rússia conseguiu as seguintes concessões dos credores de US\$ 32 bilhões: mais sete anos sem pagar nem um dólar das prestações e, depois, 10 anos para quitá-las. Mais alguma vantagem? Sim. "Perdão" de um terço daquele valor, coisa de US\$ 11 bilhões, a título de revisão das taxas de juros excessivamente altas impostas à Rússia, à época dos empréstimos. Um acordo que é uma demonstração cabal de que existe a possibilidade de fugir às políticas recessivas e de entrega do patrimônio nacional. Basta ter um projeto nacional. Coisa que o governo FHC não tem. Sua aliança com os países ricos sofre uma única ameaça, também ela procedente do exterior. A tantas-vezes adiada crise da economia dos EUA dá sinais de estar saindo das sombras, com o desabamento das Bolsas de Nova York e a Nasdaq, onde são negociadas as ações das empresas de alta tecnologia (telecomunicações, Internet, informática, biotecnologia). O terremoto nos mercados financeiros voltará a deixar bancos internacionais em maus lençóis, afetando seu apoio ao Brasil. Resta ver se o culto ao deus-petróleo não predominará sobre todas as coisas.

Aloysio Biondi,
jornalista.

As mãos que fizeram o Brasil

■ *Evandro Peixoto*

Em 10 de março de 1500, numa manhã ensolarada de domingo, a população de Lisboa aglomera-se às margens do rio Tejo para acompanhar a partida rumos às índias da esquadra do comandante Pedro Álvares Cabral, a maior entre todas até então lançadas por Portugal ao Atlântico.

Em 10 naus e três caravelas embarcaram 1.500 homens, sem data de regresso e sem saber ao certo em que terras voltariam a pisar. Depois de 46 dias singrando o Atlântico, Cabral e seus homens se deparam com o litoral sul da Bahia e ancoram suas embarcações em Porto Seguro. Ao desembarcarem, acreditavam ter chegado às índias e não a uma nova terra, o que os levou a batizar de "índios" os nativos que aqui encontraram. Estudiosos como Darcy Ribeiro afirmam que floresciam por aqui cerca de 500 povos que se organizavam sob a forma tribal, cada qual com características distintas, como língua, religião e autodenominações próprias. O número total de nativos dessa época é estimado em aproximadamente cinco milhões.

Esse encontro de portugueses aventureiros com os denominados povos indígenas, em 21 de abril de 1500, em terras até então desconheci-

das pelas civilizações de além-mar, dá início à história de construção de um país batizado Brasil, hoje com mais de 150 milhões de habitantes. São cinco séculos de trabalho, que começaram com a extração do pau-brasil, árvore cor de brasa da qual se produzia tintura vermelha para tecidos, uma mercadoria de grande procura na Europa.

O pau-brasil, como se vê, está na origem tanto do nome do país como das suas atividades econômicas. E o nativo, até então dono de todo o território encontrado pelos portugueses, tornou-se o primeiro dos brasileiros submetidos à exploração, já que passou a ser utilizado como mão-de-obra a serviço do colonizador. Conforme explica o professor John Manuel Monteiro, autor do livro "Negros da terra", editado em 1994 pela Companhia das Letras, o índio deu sustentação ao comércio de pau-brasil no início da colonização, constituindo-se na "primeira força de trabalho do país", e foi utilizado também como mão-de-obra na primeira fase da lavoura açucareira que veio a se desenvolver no Nordeste, ainda no século XVI.

A exploração do trabalho indígena teria sido viabilizada através de certas artimanhas dos colonizadores,

Nativos, africanos, degredados e imigrantes: matéria-prima para a formação de um país e de um povo. Os trabalhadores brasileiros construíram os cinco séculos da nossa história

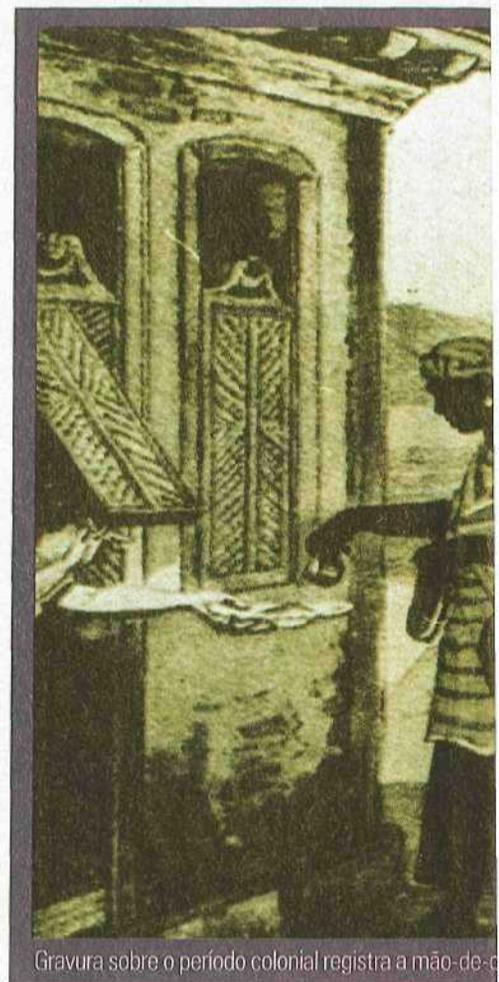
uma delas a de deslocar os nativos de seus espaços de origem para locais onde seriam obrigados a realizar tarefas, com poucas chances de fuga. Esses trabalhadores desapareciam com certa rapidez, sendo substituídos por outros que eram capturados. Um dos fatores que levavam a esse rápido desaparecimento eram as doenças contraídas a partir do contato com os colonizadores e que logo assumiam proporções epidêmicas. Além disso, os índios cativos eram submetidos a castigos corporais para que trabalhassem e não tentassem fugir. A hiperexploração, combinada com violência e condições precárias de saúde e de meios de sobrevivência, trouxe uma nova realidade para os nativos: a escravidão.

Para John Monteiro, é "problemática" a abordagem da história do Brasil segundo a qual o trabalho indígena teve participação insignificante no período colonial. "Costumase se dizer que os índios morreram logo e cederam lugar aos escravos africanos, sobretudo por que não tinham capacidade cultural ou mesmo física para enfrentar os rigores da escravidão, o que mostra que esse é mais um capítulo absolutamente desconhecido da história do país", diz o professor. Na sua opinião, em lugares como São Paulo, Maranhão e toda a Amazônia, o trabalho in-

digeria no período colonial é o centro da história daquelas regiões, "fato que tem sido ignorado pelos historiadores". O trabalhador índio é considerado a base da economia amazônica até o século XX, tendo movido o chamado ciclo da borracha juntamente com as levas e levas de trabalhadores cearenses, descendentes diretos de índios - alguns deles índios de fato -, que foram trabalhar nos seringais. "E surpreendente verificar também a presença dos indígenas em vários outros setores, inclusive, no Exército. Na guerra do Paraguai, por exemplo, eles tiveram uma participação muito importante, já que uma parte dos soldados era composta de índios, não só os dali da fronteira entre o Brasil e Paraguai, como também índios que eram levados de Pernambuco, da Bahia e até da Amazônia. Do mesmo modo, na Marinha brasileira a presença de marujos indígenas também era significativa, mesmo adentrando o século XX".

Os índios também
pegaram em
armas para
defender o Brasil

"Descimentos" A Igreja Católica atuou como importante protagonista do projeto colonizador, sobretudo quando o governo de Portugal percebeu que a Amazônia era um território de características distintas das demais regiões, passando a incentivar ali a catequese. Era necessário aliciar a população in-



dígena e torná-la útil aos interesses mercantis da metrópole. Os missionários passaram então a promover os "descimentos", expedições que subiam os rios para convencer os índios a descerem de suas aldeias rumo às missões.



Fuga para os quilombos fortaleceu luta dos escravos

Uma das principais formas de resistência dos africanos ao trabalho escravo foi a fuga para os quilombos, locais onde viviam em comunidade, mantendo os seus costumes. Ali eles praticavam a religião que tinham antes, falavam suas línguas de origem, faziam suas festas e trabalhavam de sua própria maneira, cultivando os alimentos de que precisavam.

Os quilombos mais conhecidos foram os que se localizavam na Serra da Barriga, região dos atuais estados de Alagoas e Pernambuco. Eram cerca de dez quilombos, unidos sob o nome de Palmares, que resistiram durante todo o século XVII aos ataques do governo e dos senhores de escravos.

Palmares chegou a ter milhares de habitantes. Segundo registros oficiais, de 1602 a 1695, entre 20 a 30 mil negros, índios, mestiços e brancos renegados pela cultura portuguesa viveram em um território de quase 350 quilômetros quadrados. A região era de difícil acesso, mas as terras eram férteis e havia muitas caças, frutas, rios e madeira.

Nos quilombos, domesticava-se animais e desenvolvia-se a arte da cerâmica. Flávia também pequenas oficinas onde eram feitas roupas, móveis e instrumentos de trabalho. A organização política se assemelhava à de um reino africano. Zumbi foi principal líder de Palmares, tendo sido aprisionado e decapitado no dia 20 de novembro de 1695. Antes disso, dezenas de outras expedições haviam tentado destruir Palmares, sem sucesso. Depois dessa última, no entanto, não sobrou quase ninguém. Foram poucos os negros que conseguiram se esconder nas matas. E os que não morreram foram deportados para Portugal ou vendidos para senhores de escravos da Bahia

Contavam para isso com a ajuda de índios das próprias tribos abordadas. Aqueles que já haviam sido "trabalhados" nas missões, funcionavam como propagandistas das vantagens da vida nos aldeamentos missionários.

Muitas vezes, os índios migravam para as missões por uma questão de sobrevivência, para se proteger dos ataques de colonos.

De acordo com Armando Alves Filho, que

edita na Internet a página "Contando história..." (www.amazon.com.br/~armando), "os descendentes foram a principal fonte de abastecimento de índios para as missões, e estas um excelente celeiro de braços para as fazendas de fabricar açúcar". A pesquisa do historiador revela também que "quando os índios aceitavam partir de suas terras para perto do mar, os missionários lhes davam roupas para que se vestissem e mandavam queimar as casas e as roças de suas aldeias para que não tivessem a tentação de desistir e voltar para lá". As doenças adquiridas do branco serviam também como estímulo para os descendentes. "Os missionários tratavam de convencer os índios de que as mazelas eram produto do próprio local onde estava situada a aldeia, induzindo-os a abandonar suas terras e seguir para as missões".

A exploração do índio - segundo Armando Filho - foi uma constante no período colonial, sendo "facilitada por uma legislação confusa, que ora proibia, ora autorizava ou simplesmente omitia". Existiam duas



Reprodução

dos com os colonos. Às vezes o marido era comprado por um senhor, a mulher por outro e os filhos por um terceiro. Assim, as famílias eram separadas, as tribos desorganizadas, com africanos de costumes diferentes, de tribos diferentes, sendo misturados na mesma propriedade.

Como o objetivo dos colonizadores era, obviamente, obter grandes lucros, eles procuravam gastar o mínimo possível com aqueles que iam trabalhar em suas terras, tornando bastante atrativo o tráfico de escravos da África para o Brasil. Os comerciantes portugueses que se dedicavam à venda de escravos negros, uma das boas fontes de lucro da época, foram os primeiros interessados em vender africanos para os senhores de engenho do Nordeste.

Foi bem antes do descobrimento do Brasil, em 1441, que os navegantes e comerciantes portugueses capturaram o primeiro grupo de negros nas costas africanas. No início, eles chegavam nas aldeias, perseguiam e prendiam seus habitantes.

Depois, os traficantes passaram a pagar pelos escravos, muitas vezes negociando com os próprios chefes africanos a troca de membros das tribos rivais por tecidos, armas, jóias, taba-

práticas muito comuns: a da "guerra justa" e a do "resgate". A primeira era permitida quando autorizada pela Coroa Portuguesa ou pelos governadores locais, em caso de legítima defesa ou quando os índios se recusassem à evangelização. O resgate era realizado por expedições com a finalidade de negociar com as tribos os prisioneiros condenados à morte. "Às vezes as leis restringiam o tempo em que o índio ficava na condição de escravo. Em outros momentos, permitiam a escravização do índio por toda a vida".

Africanos

O sistema colonial baseou-se inicialmente na extração do pau-brasil e, em seguida, no culti-

vo da cana-de-açúcar, atividade que garantiu aos portugueses a ocupação definitiva do litoral. Em meados do século XVI, o açúcar tinha grande valor no mercado e sua produção era dominada por Portugal. O plantio da cana e a produção do açúcar começaram com a exploração do trabalho indígena, mas foi a mão-de-obra escrava, vinda da África, o grande motor dos engenhos. Além de serem trazidos à força para o Brasil, os escravos que aqui chegavam eram, na maioria dos casos, separados de suas famílias ao serem negocia-

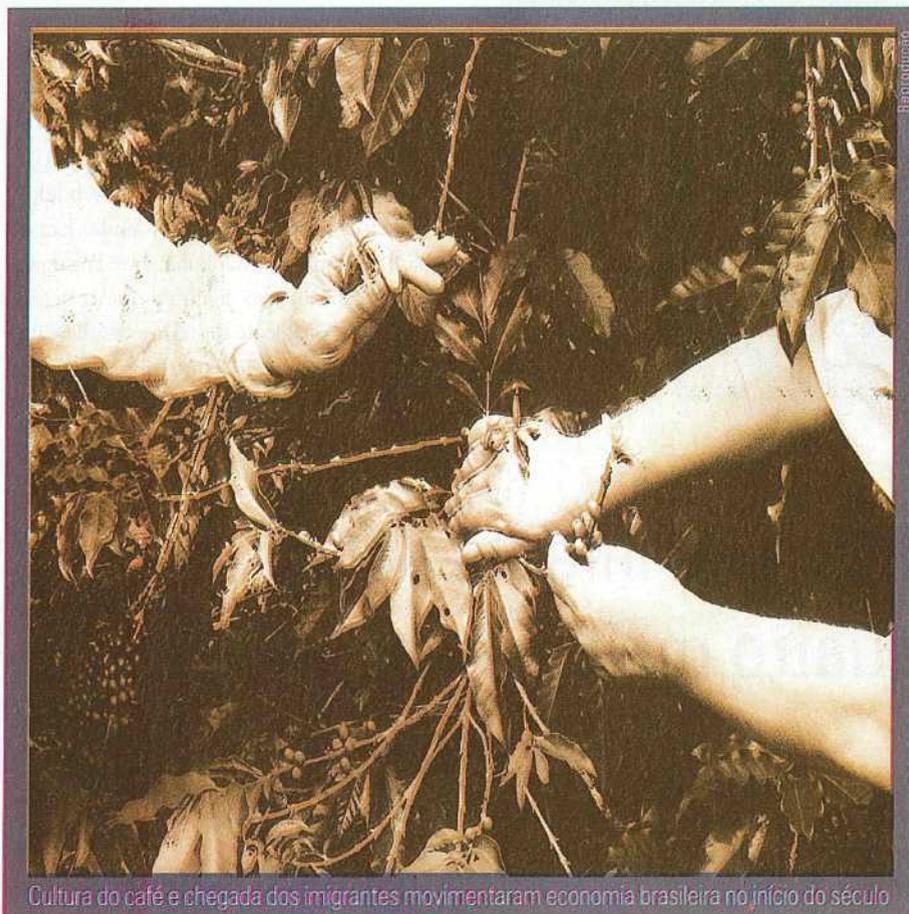
Mão-de-obra dos
escravos foi o
grande motor
dos engenhos

tugueses, mas algumas gerações depois começa a surgir uma população bastante expressiva de mestiços, que tinham um estatuto ambíguo - não eram índios e nem portugueses - e muitas vezes não eram nem livres nem escravos, oscilando numa situação indefinida. A chegada dos escravos africanos torna esse perfil ainda mais complexo.

Bandeiras Apesar dos lucros obtidos com a exploração mercantilista do açúcar, a Coroa enfrentou imensas dificuldades políticas e econômicas, acabando por perder o monopólio do produto. A conquista do interior fazia-se necessária não apenas para a economia via novas riquezas minerais, mas também para garantir a ocupação do território. Em meados do século XVII, o surto minerador tomou conta do país, tendo sido incrementadas as bandeiras, expedições que partiam para o interior, a fim de escravizar índios e descobrir ouro. Atrás dos mineradores, seguiam aventureiros e mercadores, fazendo surgir os primeiros arraiais e iniciando o povoamento das áreas conquistadas. Incursionaram também pelas florestas milhares de escravos fugidos das plantações da zona litorânea e que ali se congregavam com índios e mestiços em guerras permanentes com as expedições militares coloniais, dando origem a povoados denominados mocambos e quilombos.

No período posterior à queda na produção de ouro, outras riquezas naturais passam a ser cultivadas, como foi o caso do fumo, na Bahia; e do algodão, no Pará e no Maranhão. A pecuária avançou do litoral para o interior. Em 1840, o café, que já era produzido no Paraná desde o século XVII, expande-se até São Paulo. Até esse período, a força de trabalho no Brasil ainda era constituída essencialmente de escravos, somando aproximadamente dois milhões de pessoas.

Ao final do Império, o Brasil vivia um momento de transformações. O país, até então rural, passou a sofrer uma acelerada urbanização. O fim da escravidão incrementou o trabalho livre e possibilitou um grande salto em termos de progresso tecnológico. A consolidação política e econômica da República sob o domínio do café, transfor-



Cultura do café e chegada dos imigrantes movimentaram economia brasileira no início do século

mou São Paulo e Rio de Janeiro em grandes metrópoles. O país foi alvo de uma imigração maciça, sobretudo para São Paulo, junto aos cafeicultores.

O desenvolvimento industrial se fez sentir no início do século XX, com o apoio à industrialização e à migração. A chegada de milhares de imigrantes europeus forneceu à indústria em expansão um grande número de trabalhadores livres, muitos dos quais já tinham experiência em trabalho fabril em seus países de origem. A maioria desses imigrantes passava inicialmente por um período de trabalho na lavoura de café, como colonos. Mas uma parte acabava se deslocando, depois de algum tempo, para as cidades, principalmente para as capitais, onde as oportunidades de trabalho eram maiores. Surgiram em São Paulo conglomerados industriais e grandes bairros operários. Além de constituírem mão-de-obra para as indústrias, os imigrantes também contribuíram para o aumento do mercado consumidor de produ-

tos industriais.

Paralelo ao processo de industrialização, é mantida a estrutura agrária herdada dos três séculos de colonização. Na periferia dos engenhos e das grandes propriedades, havia uma grande quantidade de camponeses - sobretudo mestiços e negros - que mais tarde também migram para as cidades e passam a compor o exército de mão-de-obra hoje existente em nosso país. Mesmo passando por

Após final do Império, o Brasil sofreu acelerada urbanização



Abril/2000

ura processo de crescimento espantoso ao longo desse século, o Brasil manteve grandes latifundiários ligados à produção agrícola, onde ainda vive uma pequena parte desse campesinato empobrecido - a maioria saiu da periferia das fazendas para a periferia das cidades, onde estão aglomerados milhões de sem-terra, sem-teto e sem-emprego.

Globalização O Brasil comemora o seu quinquentenário de existência representando um pouco mais de 3% da força de trabalho mundial, cerca de 80 milhões de pessoas. A expressividade desse índice, no entanto, é motivo de preocupação. É que o desemprego atual, conforme diz o professor Marcio Pochmann, do Instituto de Economia (IE) e da Universidade de Campinas (Unicamp), "ataca o tecido social brasileiro qual uma epidemia", assumindo proporções sem paralelo na história do país. A manifestação dessas doenças, segundo Pochmann, "somente pode ser entendida pelo curso de duas décadas de esganação econômica, e pela ação, desde 1990, de um novo modelo econômico de inserção internacional, desfavorável ao emprego nacional".

O Brasil possuía 25,5 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal em 1989, número que foi reduzido para 22,5 milhões em 1998. Pelos dados do IBGE, das 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho nos anos 90, apenas 8,5 milhões tiveram acesso a algum posto de trabalho, gerando um excedente de mão-de-obra de 5,1 milhões de novos desempregados.»

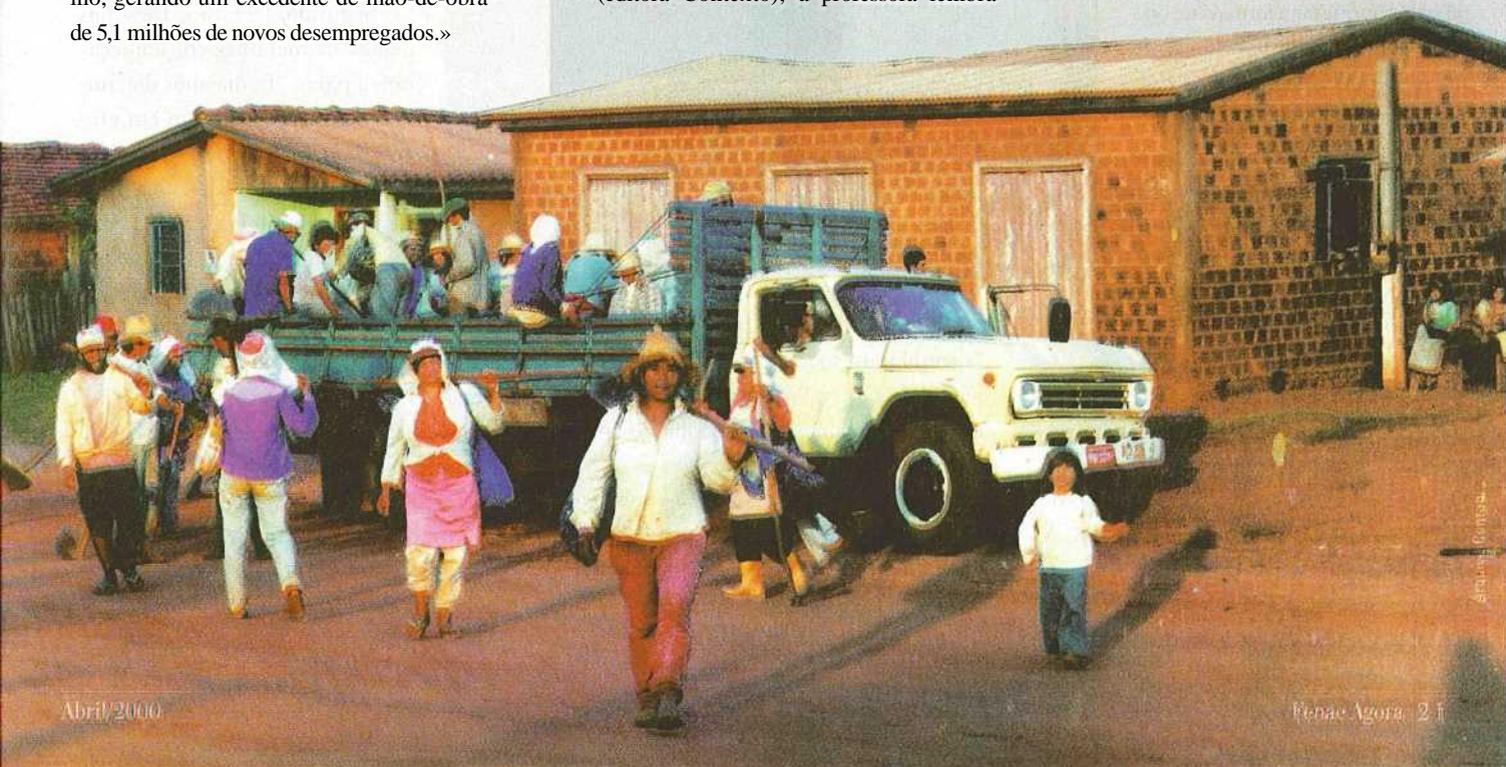
Mulheres lutam por igualdade

As primeiras manifestações organizadas em prol dos direitos da mulher ocorreram nos EUA, no início do século XIX, tendo como reivindicações básicas o direito à educação e ao voto. Já, no Brasil, as organizações de mulheres com estes mesmos pleitos só começam a surgir após 1850.

Embora algumas mudanças de costumes pudessem ser observadas já no início deste século, com o comércio e as fábricas absorvendo cada vez mais a mão-de-obra feminina, e as filhas da classe média saindo para trabalhar como professoras, enfermeiras e telefonistas, as mulheres permanecem ainda por várias décadas em posição inferior na sociedade brasileira. Para a professora Paola Capellin Giuliani, do departamento de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "nessa época (início do século XX), a cidadania social restringe-se aos homens, e a emancipação limita-se às paredes das grandes empresas". No texto "Os movimentos de trabalhadores e a sociedade brasileira", do livro 'A história das mulheres no Brasil' (editora Contexto), a professora lembra

que, em 1907, as pautas reivindicatórias tratavam da fixação da jornada de trabalho, do repouso semanal remunerado e de férias anuais, "reivindicações que acabavam se limitando ao Cotidiano do trabalho dos homens e não faziam a menor referência à vida fora das fábricas, muito menos às especificidades do trabalho da mulher".

Sem esquecer as vozes femininas que preconizaram a abolição dos escravos, a instauração da República e a introdução do sufrágio universal, Paola Giuliani afirma que "as aspirações à cidadania no mundo do trabalho, as que buscam proporcionar iguais oportunidades entre homens e mulheres, passaram por um demorado silêncio, interrompido somente entre 1979 e 1985". Na sua opinião, só nas últimas duas décadas é que as mulheres - tanto as urbanas como as rurais - conseguiram introduzir em sua participação política "temas de reflexão no qual o cotidiano doméstico e do trabalho são ponto de partida para rever a divisão sexual no trabalho e a relação de poder na representação sindical".



A jornada de oito horas e o 1º de Maio

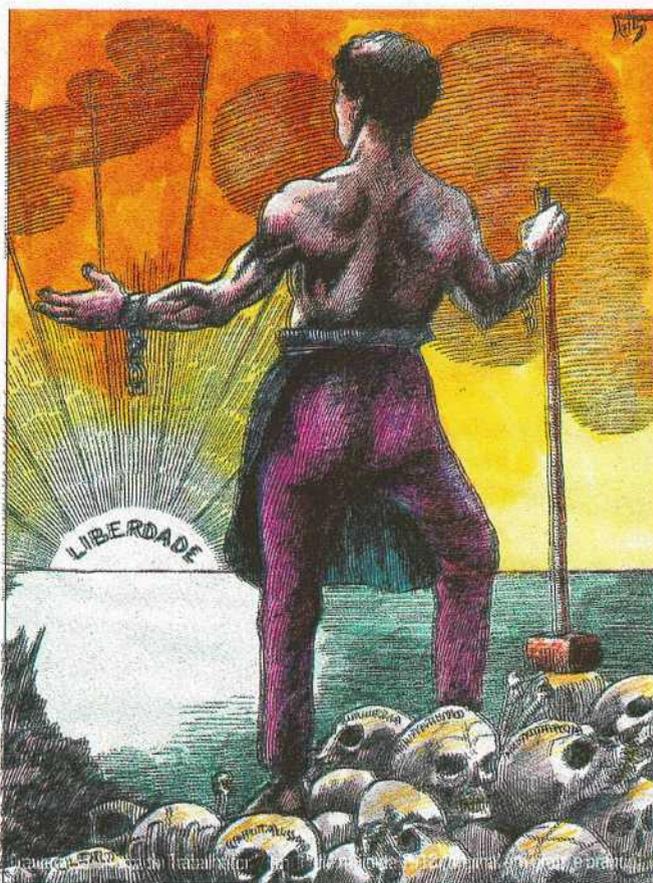
Luta pela redução da jornada mobilizou operários brasileiros no início do século

A luta pela implantação da jornada de oito horas foi abraçada com fervor e combatividade também pelo operariado brasileiro, que no início deste século encontrava-se ainda em fase embrionária, a exemplo do processo de industrialização do Brasil.

No final do século XIX, a jornada de trabalho nos países industrializados chegava a atingir 16 horas diárias. Não existia legislação trabalhista e as indústrias impunham aos seus empregados um regime de superexploração.

Em 1886, os operários dos EUA resolveram convocar uma greve geral para conquistar a jornada de oito horas, com início no dia primeiro de maio. "O movimento tomou proporções gigantescas e, naquele dia memorável, dum ao outro lado da república americana, os trabalhadores conscientes e organizados abandonaram o trabalho", diz o jornal da Confederação Operária Brasileira, 'A Voz do Trabalhador', edição de 15 de abril de 1913.

O movimento foi pacífico, mas "a polícia cometeu os maiores atropelos", fazendo com que fosse convocado um grande comício em Chicago, para o dia quatro de maio, em protesto contra a violência das autoridades. A polícia foi novamente acionada e voltou a atacar os manifestantes. Conforme relata o jornal da Confederação Operária, uma bom-



ba estourou matando 10 pessoas e outras 80 "sucumbiram sob as armas da polícia". Os líderes do protesto foram processados, com alguns sendo condenados a trabalhos forçados e outros à pena de morte.

Assim é que o 1º de Maio veio a ser lembrado como o Dia Internacional do Trabalhador. Em 1989, a Internacional Socialista decidiu que a data passaria ser marcada por homenagens às vítimas do massacre de Chicago.

Fermentação

Os operários brasileiros abraçam a causa da jornada de oito horas, abrindo um período de importantes mobilizações. Segundo informa José Luiz Del Rio, no livro "Primeiro de Maio - cem anos de luta", o "clima de fermentação" atingiu seu ápice em 1907, ano em que a concentração do 1º de Maio na Praça da Sé, em São Paulo, havia sido proibida, com as tropas armadas ocupando as ruas centrais. Os manifestantes se concentram na sede da Federação Operária e discutem a deflagração de uma greve.

Segundo Del Rio, três dias depois os metalúrgicos começaram a parar. "E, dia após dia, novas categorias entravam em greve". As paralisações se estendem também a Campinas, São Bernardo, Ribeirão Preto, Itu e Santos. "Diante da magnitude do movimento, os patrões começam a ceder. Aos marmoristas e canteiros cabe a honra de ser a primeira categoria no Brasil a conquistar a jornada de oito horas. Em seguida quase todos os outros setores também a conseguem... Em julho, a classe operária de São Paulo, orgulhosa, magnífica, podia considerar-se com razão um dos destacamentos mundiais na luta pela jornada de oito horas e por um 1º de Maio combativo". •

Cacique Xicão Xucuru morreu por seu povo

Sua liderança e espírito de luta eram vistos como afronta a políticos do Nordeste

Na manhã do dia 20 de maio de 1988, foi executado a tiros o cacique Francisco de Assis Araújo, o Xicão Xucuru, no bairro Xukurus, em Pesqueira (PE).

Xicão foi cacique do povo Xucuru, cuja população é estimada em cerca de 7.500 índios espalhados por 23 aldeias. É considerado a maior liderança da história recente dos povos indígenas no Nordeste e Leste do Brasil. Ele liderou todo o processo de luta que levou ao reconhecimento dos limites tradicionais do território de sua tribo, de 27.555 hectares. Esteve à frente de pelos menos cinco retomadas, que tiveram como consequência o resgate de quase dois mil hectares das terras de seu povo, recuperando a auto-estima dos Xukuru e melhorando a qualidade de vida das comunidades beneficiadas, que antes viviam em extrema miséria.

Xicão teve papel decisivo na difícil tarefa de rearticulação do povo Xucuru em torno de uma identidade étnica própria e objetivos comuns, com conquistas na educação e na saúde. Como um dos líderes da Apoinme (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), o cacique Xicão e a luta Xucuru serviram de exemplo e estímulo para os povos da região na busca de seus direi-



tos históricos.

A liderança e o espírito de luta do cacique dos Xukuru era vista por lideranças políticas locais e mesmo regionais como uma afronta, motivo pelo qual eram constantes as ameaças de morte que lhe eram feitas, muitas delas denunciadas às au-

toridades e divulgadas pela imprensa. Nos últimos dias de vida de Xicão, as ameaças se intensificaram até que ele fosse calado para sempre.

De acordo com texto publicado na edição de junho de 1999 do jornal "Porantim", do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), "a morte do líder Xucuru passou a fazer parte da história popular do Nordeste através da literatura de cordel". O jornal cita como exemplos o cordelista José Evangelista, que publicou o folheto "A morte do cacique Xicão", no qual narra em versos a vida do guerreiro e a história de luta do povo Xucuru pela demarcação de suas terras, e também o grupo Quinteto Violado, que musicou "Xicão de Paz", canção já bastante popular entre os índios de Pernambuco. "A música, por ser inspirada no ritmo do toré, é facilmente incorporada ao repertório indígena", diz a publicação.

No dia nove de outubro de 1999, a Polícia Federal prendeu Jurandir Gomes como suspeito de ter sido o autor dos disparos que mataram Xicão. A prisão foi feita no município de Jatobá (PE), com base no depoimento da testemunha ocular do crime, o índio Antônio Severino Santana (Totonho), e no retrato falado feito dias depois do episódio. O inquérito policial ainda não foi concluído.»



Casa própria: s

Novembro de 1994. Para escapar do aluguel, o jornalista Cícero Lopes da Costa financiou a compra de um apartamento de dois quartos (65m²) na cidade-satélite de Sobradinho, no Distrito Federal. Na época o imóvel estava avaliado em R\$ 49 mil, com prestações mensais em torno de R\$ 700,00. Era para ter sido quitado no final do ano passado. Atualmente, embora já tenha desembolsado

mais de R\$ 30 mil, está inadimplente em R\$ 28 mil. Suas dores de cabeça começaram quando as prestações, que chegam hoje a R\$ 1.700,00, subiram mais do que o salário. Sua dívida com o imóvel já ultrapassa em muito o orçamento da família. A costureira Gilca Nascimento de Oliveira mora em uma favela carioca com duas filhas e dois netos e, por um longo tempo, dividiu o espaço apertado de um galpão de madeira com mais sete famílias. Seus escassos rendimentos não

lhe permitem alugar ou financiar a compra da casa própria.

A vida de boa parte da população brasileira é repleta de histórias iguais as dos dois exemplos acima, quando o assunto é a luta para garantir, com o mínimo de dignidade, o direito à moradia. A crise na habitação, cujo déficit é da ordem de 13 milhões de unidades, atinge não só a parcela de mais baixa renda, mas também a escala intermediária da pirâmide social. Apenas no DF,



Montagem sobre fotos de Augusto Fregis

onho em ruínas

segundo a Associação dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias (Ademi), a média de inadimplência no setor é de 10%. No que se refere aos dados sobre a questão de moradia no Brasil, o problema da má distribuição de renda aparece com contundência.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que, entre as famílias com renda mensal de até um salário mínimo, o déficit chega a 39%. Na faixa situada entre cinco e 10 salários míni-

mos, o déficit cai para 2%. Esse levantamento do Ipea foi divulgado no ano de 1998, mas a realidade por ele retratada não está distante daquela que ocorre hoje, numa prova de que a luta pela moradia no país é antiga e - para a imensa maioria da população - o que antes era um sonho virou pesadelo.

Para Lucyvanda Moura, coordenadora-geral da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur), o modelo de organização das cidades brasileiras empurra para as pe-

riferias sem infra-estrutura quem não pode pagar pelo alto custo de morar nos locais que dispõem dos bens e serviços produzidos pelo poder público. Resulta daí, segundo ela, que a luta pela moradia se vincula a um conjunto de direitos e não apenas à conquista da casa própria. Projeções realizadas por instituições independentes indicam que a coabitação - maior número de famílias que de domicílios - é um dos fatores que agravam o déficit habitacional. No Brasil, a



proporção é de 0,92 domicílios por famílias. Em consequência disso, os aluguéis e o preço de venda dos imóveis se supervalorizam. Uma situação que não se repete em países com economia menos desenvolvida que a brasileira. Na Argentina, por exemplo, a proporção é de 1,2 imóvel por família, enquanto que nos Estados Unidos esse índice chega a 1,47.

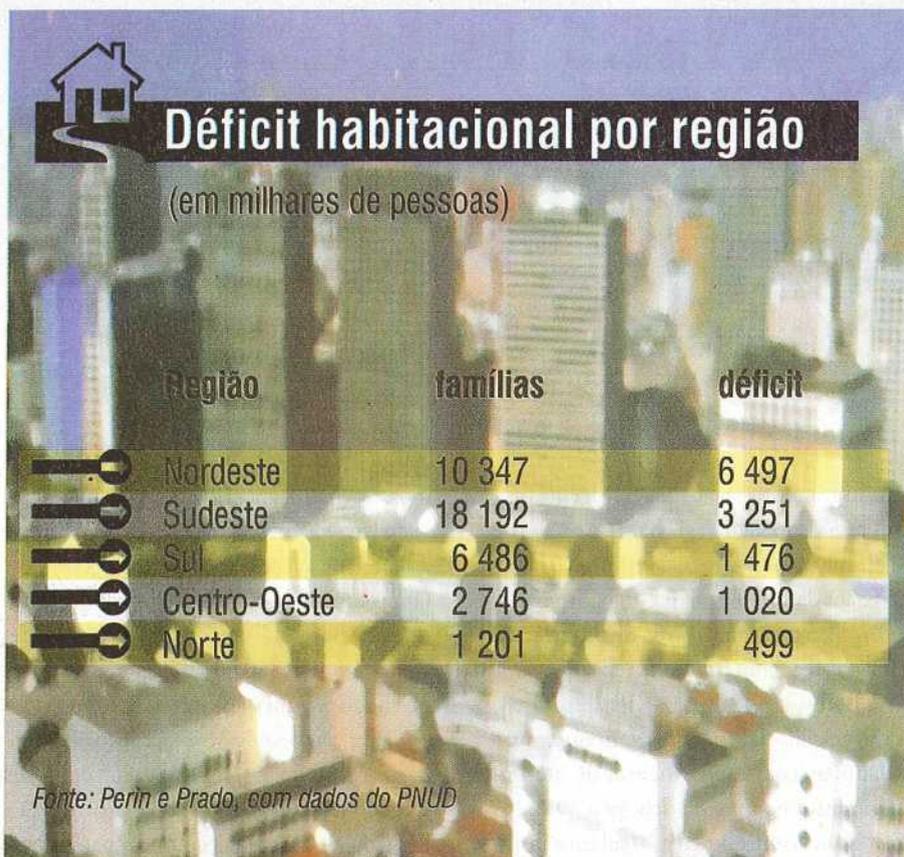
Acesso A falta de uma política adequada impossibilita que o cidadão tenha acesso à casa própria ou que possa morar a um custo baixo. Essa, aliás, é uma das principais queixas de Paulo Roberto Martins, coordenador-executivo da União Nacional de Moradia Popular (UNMP). Ele denuncia que, enquanto milhares de famílias não têm onde morar, uma minoria torna-se proprietária de vários imóveis e vive da exploração de quem necessita de um teto. 'A política econômica do governo federal privilegia a especulação no mercado financeiro, em detrimento de parcelas significativas da população. A ganância de alguns poucos proprietários e o descaso governamental para com as demandas populares ignoram a moradia como um direito humano fundamental'.

Na opinião de Lucyvanda Moura, a reforma urbana é um dos primeiros passos para a formulação de uma política habitacional capaz de disciplinar o vertiginoso e desordenado crescimento urbano. Ela diz que o acesso dos cidadãos à moradia não

significa o governo construir unidades habitacionais e doar aos moradores. "O respeito a esse direito fundamental ocorre na medida em que haja a garantia de participação da população na formulação/execução dos programas habitacionais. Isto poderá ser feito através de parcerias para a construção de unidades a um custo mais baixo ou de subsídios como o aluguel social". A coordenadora-geral da Ansur aponta a França como uma das experiências mais

notáveis em moradia popular. Naquele país, o cidadão não vive a angústia de passar toda uma vida lutando para conseguir a casa própria, haja vista que o valor do aluguel do imóvel é acessível para a população de baixa renda. Também na Suíça é mais ou menos assim: o direito à moradia é garantido a um custo baixo.

Os anos 90 trouxeram novas dificuldades, advindas do quadro recessivo que se instalou na economia nacional. No caso brasileiro, como o direito à moradia não é devidamente assegurado, grande parte da população trabalhadora improvisa habitações e luta politicamente para garantir sua



presença nos espaços urbanos. Mudar a legislação para facilitar o acesso da população de baixa renda à moradia é uma das principais metas das organizações sociais que lidam com o problema. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) alerta que a situação nas cidades brasileiras ficará intolerável se o governo e o Congresso Nacional não tomarem logo providências para regulamentar o capítulo de política urbana da Constituição Federal, tornando a terra mais cara para o especulador e mais barata para os que precisam de um teto para morar.

Cansadas de esperar pela ajuda oficial, algumas comunidades carentes Brasil afora estão tentando enfrentar o problema com soluções criativas e de custo reduzido. É o caso de famílias da favela Shangri-lá, no Rio de Janeiro, que em 1997 construíram em sistema de mutirão casas de alvenaria de sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Na época as casas saíram ao preço de R\$ 3.300 a unidade.

Tecnologia Outra experiência pioneira aconteceu em Brasília, Fortaleza e no Pará onde, por iniciativa do MNLN, cerca de 300 casas foram construídas com o uso da tecnologia beno (fabricação de placas armadas de tijolos), desenvolvida especialmente para população de baixa renda e aplicada em comunidades onde em geral o índice de violência é alto. Edymar Fernandes Cintra, que coordena o MNLN, esclarece que o preço das moradias construídas com tecnologia beno cai para 50% do valor cobrado pelo mercado. As casas são de boa qualidade e o trabalho funciona coletivamente, com a comunidade participando de todo o processo.

O programa Tijolo Pólo Cimento é outra alternativa para a construção de casas populares que vem dando certo. Esse programa visa, primordialmente, fabricar o tijolo no local onde a casa está sendo erguida. 'Aproveita-se o arenito da fossa e, a partir daí, faz-se 5% do cimento, com a comunidade fabricando o próprio tijolo. O material utilizado é convencional, mas a tecnologia adotada (apelidada de beno) é diferenciada. Nas áreas mais pobres do Nordeste, a população tem trabalhado com a taipa me-

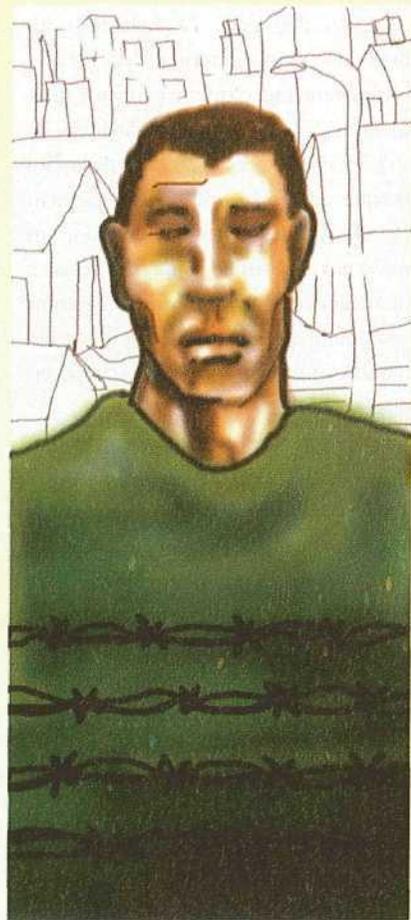
Crise habitacional é cada vez maior

No setor habitacional no Brasil, a distância entre a legislação e a vida real nas ruas é cada vez maior. A lei 6.766/69, que disciplina o uso do solo urbano e criminaliza o loteamento clandestino, é um dos maiores empecilhos para o acesso da população de baixa renda à moradia.

O acesso à terra é um dramático problema do povo, ao mesmo tempo em que a retenção especulativa do solo urbano pelo capital imobiliário funciona como uma das principais fontes geradoras da crise habitacional aguda que aflora no país ao longo dos últimos anos.

Além do mais, a discrepância entre o alto preço da terra urbana e o baixo poder aquisitivo da população cria o ponto de estrangulamento fundamental que impede a conquista de moradia digna. Isto faz com que nas grandes cidades brasileiras, conforme atestam projeções feitas por instituições independentes, pelo menos 50% dos imóveis estejam em situação irregular devido ao fato da população de baixa renda não conseguir cumprir as exigências legais ou pagar as taxas cobradas para a regularização da propriedade.

É com o objetivo de eliminar essas distorções do cenário habitacional que tramita há nove anos na Câmara Federal projeto de lei de iniciativa popular (2.710/92), com mais de um milhão de assinaturas, que prevê a criação do Fundo e do Conselho Nacional de Moradia Popular. Ao Conselho Nacional, que deverá ser composto com a participação de todos os setores da sociedade, caberá definir as diretrizes e prioridades da política de



habitação.

Uma das metas do PL 2.710/92 é a vinculação orçamentária e a destinação mínima de 2% do Orçamento para habitação. Outra vantagem: mostrar que política habitacional não é apenas construir casas, mas também urbanizar favelas, remanejar cortiços e dotar os loteamentos populares de infra-estrutura. Lucyvanda Moura, da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur), diz que um dos objetivos desse projeto de lei é garantir a democratização do espaço nas cidades.

Habitação no Brasil não é vista como prioridade

Uma denúncia: "a habitação no Brasil não é uma prioridade do Estado. Historicamente, o que se verifica é uma sucessão de propostas que estão longe de atender às reais necessidades do povo. Isto porque são programas que excluem parcela significativa da população, em razão dos critérios de renda para acesso a financiamentos imobiliários. Programas esses, aliás, que não atendem a toda a demanda, como acontece com as propostas ditas populares".

É dessa maneira que a coordenadora-geral da Ansur, Lucyvanda Moura, critica a falta de uma política adequada para o setor habitacional. Ela cita o exemplo de São Paulo para confirmar suas denúncias. Segundo Moura, as unidades habitacionais produzidas em regime de mutirão pelo governo paulista são distribuídas através de sorteio. "O projeto Cingapura, da prefeitura municipal, atende a 2,25% de moradores em favelas, de uma população que está em torno de 2 milhões de favelados. Exemplos como esse se repetem Brasil afora, demonstrando que as iniciativas governamentais na área da habitação têm um caráter excludente".

Edymar Fernandes Cintra, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), faz coro com Moura. "A partir da audiência que o MNLM manteve ano passado com o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carrazai, foi dado início a um processo de negociações nas superintendências regionais da empresa, buscando assim uma solução para os empreendimentos problemáticos. Há imóveis feitos para população de baixa renda que estão com prestações altas. O Nordeste é típico de situações dessa natureza", observa a militante de moradia.



lhorada", informa Edymar Cintra, coordenadora do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

Na busca por moradia, além da auto-construção de unidades habitacionais em regime de mutirão, as diversas alternativas dos segmentos populares organizados se refletem ainda nas ocupações de terras urbanas ociosas e na criação de cooperativas de trabalhadores voltadas para a habitação. Graças a um esforço Cotidiano e anônimo que produz melhorias sistemáticas nas moradias da população de baixa renda, o setor habitacional começa aos poucos a mudar de cara, ainda que por meio de um processo lento, longo e não-planejado. As alternativas

surgem e se consolidam. A ajuda mútua prospera, pois a necessidade é comum. E, quando os tempos são ruins, mora-se mal, mas se permanece longe do mundo das

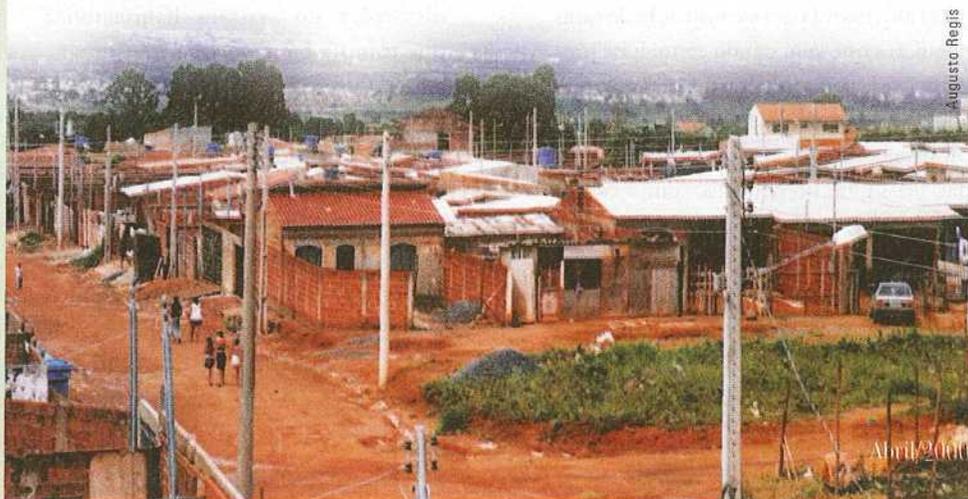
taxas e das prestações.

Para enfrentar o problema da habitação, Lucyvanda Moura (da Ansur) recomenda que a população de baixa renda não prescindia do Estado como ente regulador de todo esse processo. Ela acredita que o ideal seja combinar o esforço espontâneo do

povo com as obras governamentais.

Conclui-se daí que a garantia do acesso à casa própria é uma das condições para que se reconheça a cidadania de uma população que participa das atividades econômicas da região onde mora.

O acesso à moradia é condição sine qua non para a cidadania no Brasil



Bancos públicos federais: a ameaça de privatização

■ Wellington Dias

Desde o início do governo Collor, há exatos 10 anos, vive-se no Brasil o importante debate acerca da privatização das empresas sob o controle do Estado. Assim é que, a despeito de forte reação da sociedade, importantes empresas como a Vale do Rio Doce e a Telebrás foram privatizadas nos últimos anos.

Como não poderia deixar de ser, o sistema financeiro, na ótica do sistema neoliberal imposto, não ficaria de fora do interesse privatista. Os primeiros alvos foram os bancos estaduais, especialmente aqueles que estavam em maiores dificuldades, utilizados como moeda de troca pela área eco-

nômica do governo FHC, quando da renegociação de débitos estaduais, quando foi exigida a privatização das instituições bancárias, bem como empresas de saneamento, eletricidade etc.

O que estamos assistindo agora não chega a ser novidade, pois importantes figuras da chamada equipe econômica sempre defenderam a privatização radical do sistema financeiro, é a retomada da fúria privatista, tendo como alvo o Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

O caso Banespa é emblemático, pois não se trata de um banco qualquer. É o quinto maior banco do país e o terceiro público. A disputa por seu controle, se ocorrer, vai alterar substancialmente o ranking dos maiores bancos nacionais e estrangeiros atuando no Brasil. Caso a resistência à privatização, encaminhada por amplos setores da sociedade, não conseguir impedir a sua venda, estará aberta a porta para a entrega das chamadas jóias da coroa, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras e os Correios.

No Congresso Nacional a resistência à privatização já se faz sentir. Uns por não concordarem com o modelo, especialmente os representantes dos banqueiros nacionais, temerosos do avanço dos bancos estrangei-

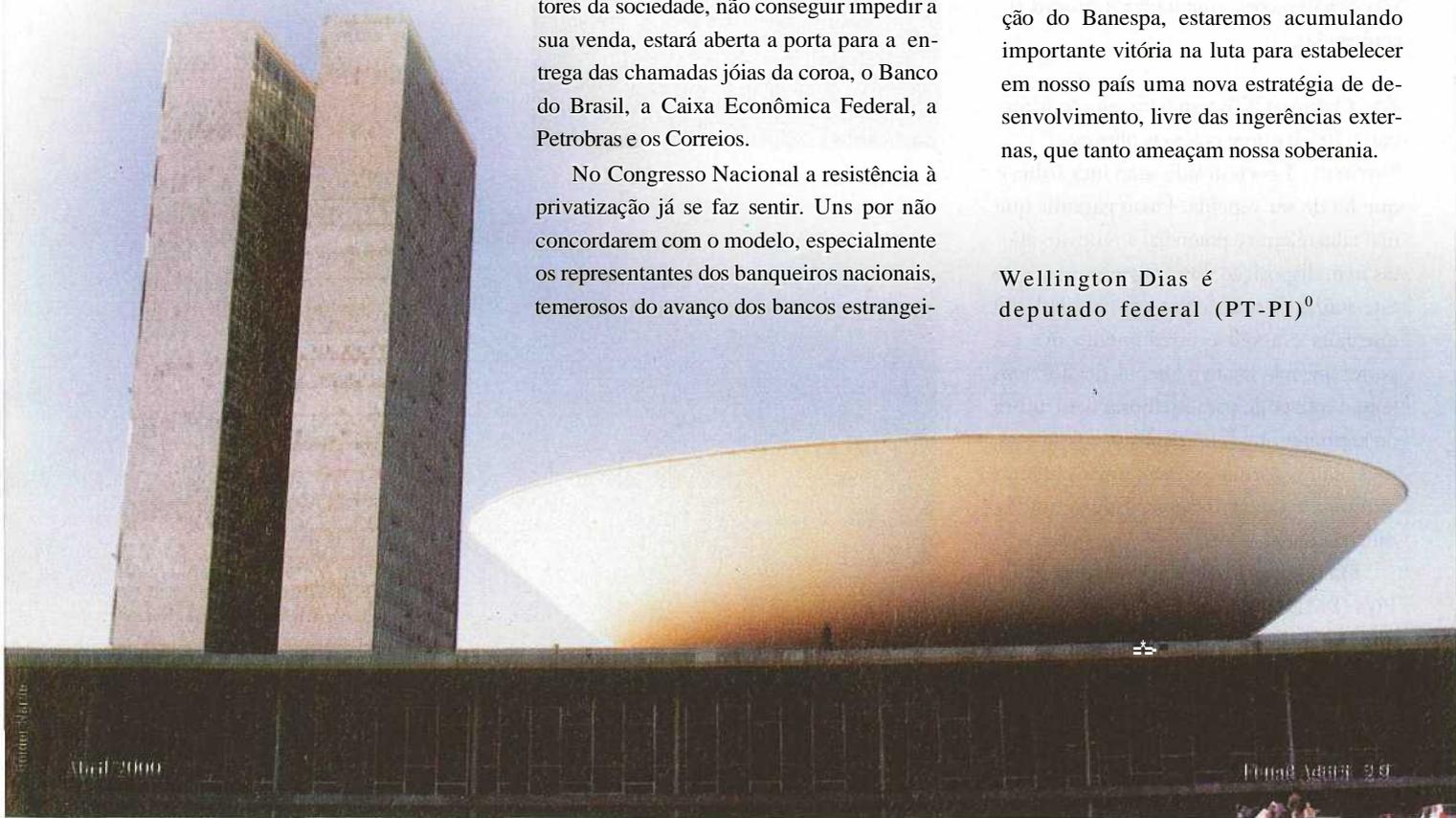
ros. Outros, representados pela oposição ao governo FHC, que entendem o papel relevante e estratégico que os bancos desempenham como fomentadores do desenvolvimento nacional. Várias emendas constitucionais e alterações da lei de privatizações já estão tramitando na Câmara dos Deputados, todas com o objetivo de impedir que bancos estratégicos para o desenvolvimento nacional sejam privatizados.

Não basta, entretanto, apenas manter os bancos sob o controle do Estado. Temos que criar as condições para que possam cumprir sua missão social livre das ingerências políticas, com orçamento amplamente discutido com a representação da sociedade, para que se evite a má utilização de fundos sociais, a exemplo do que já ocorreu com FGTS, além de outros escândalos com o uso do dinheiro público.

É necessária, portanto, uma ampla mobilização de todo o funcionalismo dos bancos ameaçados e uma junção de forças das várias entidades, buscando construir uma forte pressão sob o Congresso Nacional, pois como reconheceu recentemente o presidente da Câmara, a Casa vive de pressões.

Se conseguirmos impedir a privatização do Banespa, estaremos acumulando importante vitória na luta para estabelecer em nosso país uma nova estratégia de desenvolvimento, livre das ingerências externas, que tanto ameaçam nossa soberania.

Wellington Dias é
deputado federal (PT-PI)⁰



O Brasil na Olimpíadas

Transformar o Brasil numa potência olímpica é uma das principais metas do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman. Nesta entrevista concedida por e-mail, Nuzman elogia a qualidade, o esforço e a dedicação do atleta brasileiro, observando que os jogos olímpicos serão uma bela oportunidade de se perceber tudo isto.

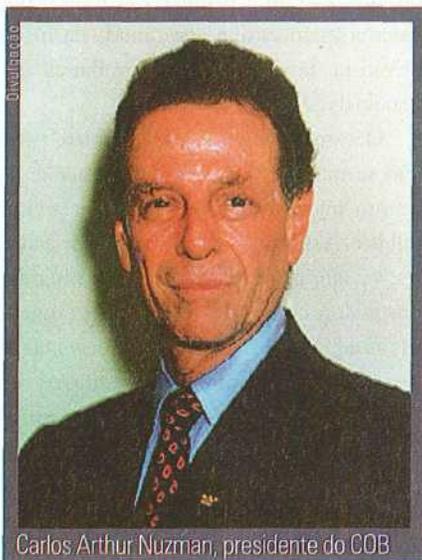
FENAE AGORA - Como anda a organização do esporte olímpico no Brasil?

Nuzman - O Comitê Olímpico Brasileiro é a entidade nacional que representa o país junto ao Comitê Olímpico Internacional. Ao COB se reportam as confederações de cada modalidade quando do envio de suas equipes aos jogos sul-americanos, jogos pan-americanos e jogos olímpicos. Além das 28 confederações olímpicas, o COB tem 16 confederações vinculadas e quatro reconhecidas.

FA - O que o COB tem feito para transformar o Brasil numa potência olímpica?

Nuzman - Esta tem sido uma luta árdua e que há de ser vencida. Posso garantir que não falta talento e potencial aos nossos atletas nem disposição dos dirigentes para que este sonho se transforme em realidade. O que falta é apoio e investimento nos esportes que não sejam o futebol. O COB tem feito o que pode para melhorar a estrutura de treinamento e preparação dos atletas, mas daí a tornar o país uma potência olímpica vai uma distância muito grande e que há de ser percorrida.

Há um projeto de lei do senador Pedro Piva (PMDB-SP), em tramitação no Congresso Nacional, que será a verdadeira renascença do esporte olímpico brasileiro. Este



Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB

projeto, que já foi inclusive aprovado pela Comissão de Economia do Senado, prevê o desconto de 2% do valor bruto da arrecadação de todas as loterias federais em favor do COB. A partir daí, sim, iniciaremos a arrancada rumo ao topo dos pódios mundiais.

FA - Qual a importância dos jogos olímpicos de Sydney para o esporte brasileiro?

Nuzman - Os jogos olímpicos de Sydney



rena das de Sydney

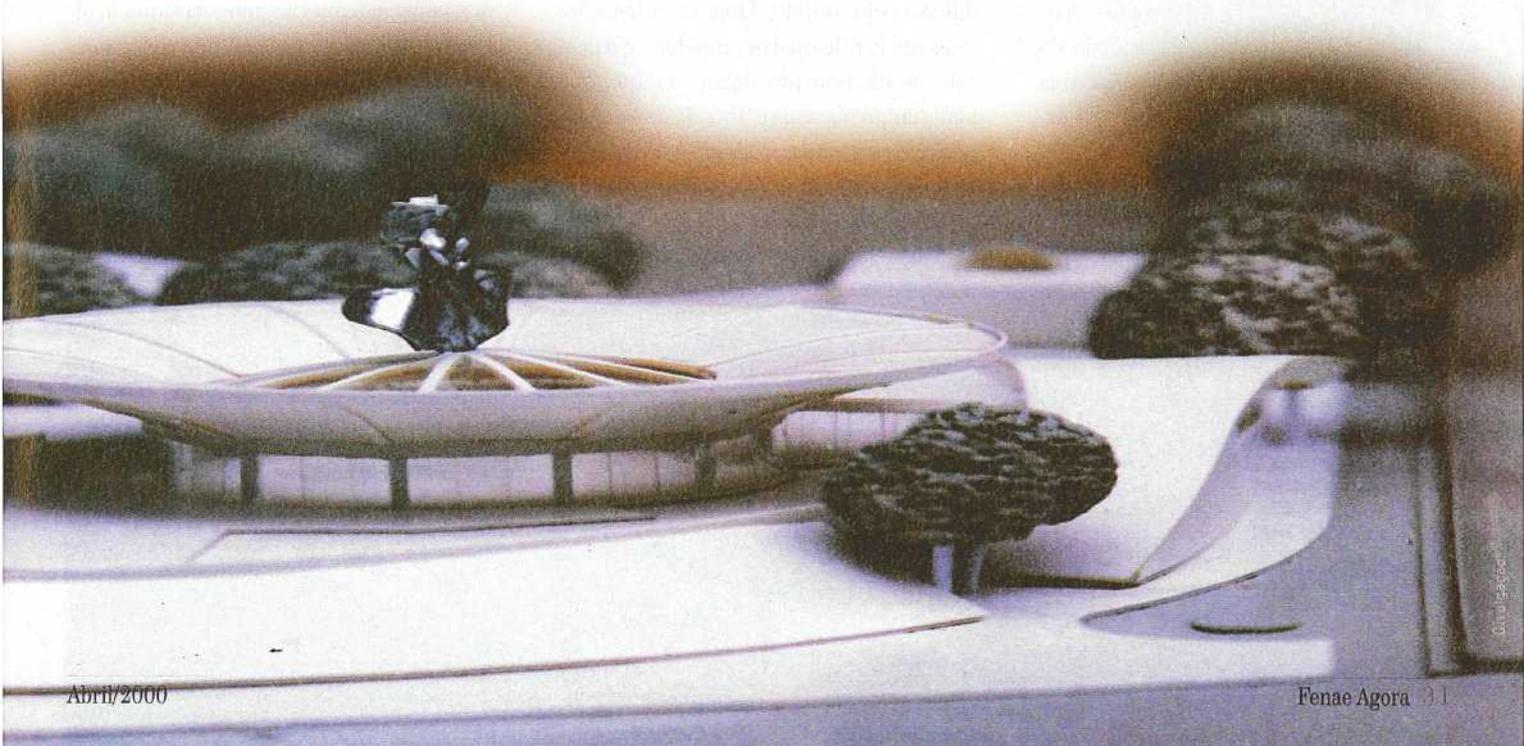
estão sendo aguardados com muita expectativa por toda-a comunidade olímpica internacional. Num país cuja atenção esportiva é orientada basicamente para uma única modalidade, os jogos olímpicos, assim como já ocorreu nos jogos pan-americanos de Winnipeg, serão uma bela oportunidade de se perceber a qualidade, o esforço e a dedicação de atletas de outras modalidades que não sejam o futebol.

FA - Em quais modalidades o Brasil pode colher de imediato os frutos do desempenho em Sydney?

Nuzman - Algumas modalidades ainda estão em fase de classificação para os jogos olímpicos. Consideramos prematuro fazer qualquer prognóstico sem esta definição. Mas é natural que as modalidades que se destacarem em Sydney tenham maior projeção e consigam melhores perspectivas para o futuro.

FA - Como o sr. encara o sonho do Brasil de sediar uma Olimpíada?

Nuzman - Com otimismo e muita confiança. A Prefeitura do Rio de Janeiro já formalizou seu interesse de trabalhar na construção de uma candidatura que tenha condições reais de trazer para o Brasil, em 2012, os primeiros jogos olímpicos no continente sul-americano. Essa candidatura será elaborada em conjunto com o COB. Modalidades como natação, judô, hipismo e atletismo já oficializaram o desejo de sediar campeonatos mundiais no Rio de Janeiro. Estamos elaborando a criação de um Plano Estratégico Olímpico, que prevê a construção de instalações esportivas adequadas ao esporte de alto nível, e será desenvolvido paralelamente ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, com as melhorias urbanas que o cidadão carioca terá a partir dessa candidatura.»



A Europa segue a literatura de cordel

Arte dos repentistas, transformada em livros, vira tema de pesquisa universitária

A literatura de cordel, quem diria, foi parar na Internet. Produzida por gente do campo e que, geralmente, pouco frequentaram a escola, essa manifestação cultural disseminada no Nordeste brasileiro figura em sites nacionais de universidades, sobre poesia e até mesmo em páginas internacionais sobre literatura popular. O site do *Jornal de Poesia* (www.secrel.com.br/jpoesia) tem, inclusive, um banco de dados sobre a literatura de cordel.

Até mesmo grandes universidades estrangeiras estudam o cordel, que praticamente inexistente fora do Brasil. É o caso da Sorbonne, hoje chamada Paris III, da Ucla, em Los Angeles, da universidade de Poitiers, na França, e também das universidades de Milão e Roma, na Itália.

Mas essa é apenas uma das tantas voltas que a literatura de cordel tem dado em sua difusão pelo mundo. Hoje esses livrinhos são o modo pelo qual os cantadores e repentistas nordestinos divulgam sua arte, mas nem sempre foi assim. Trazida de Portugal para o Brasil ainda no século XVIII, a literatura de cordel tem suas origens nos trovadores da Idade Média.

A Igreja Católica, nessa época, arrematou trovadores para, na região da Pro-

vença, atrair adeptos e combatentes para as cruzadas. Antes disso, a Igreja classificava os "cantos vulgares" como pagãos. Depois do reconhecimento religioso, "o primeiro trovador de que se tem notícia é Guilherme IX, conde de Poitiers, que comandou 300 mil homens na Cruzada de 1101", diz o pesquisador brasileiro Walter Tenório-Pontes, que vive na França desde 1971.

O caminho do cordel para o Nordeste brasileiro passou ainda pela Península Ibérica, onde começou a adquirir sua forma atual. Porém, seu nome era literatura dos cegos, porque parte da renda da venda dos folhetos era revertida para o asilo dos cegos que existia em Lisboa no século XVI.

Quando veio para o Brasil, foi mantida a tradição de vender-se as obras em barbantes pendurados nas feiras. Daí para o nome de literatura de cordel foi um pulo. A denomi-



nação se espalhou para o resto do mundo, no entanto, apenas na década de 70.

Mesmo antes da consolidação do nome, as histórias sobre o Cotidiano das pessoas e sobre milagres ou malandragens já eram disseminadas pelo Nordeste, desde séculos atrás. Os folhetos "O rabicho da Giralda", de 1794, e "O boi Espácio", de 1825, parecem ser os primeiros registros conhecidos.

O que é

Produzida essencialmente pelo povo, em especial nas áreas rurais ou pequenas e médias cidades do Nordeste, a literatura de cordel manifesta, através de versos, temas da vida desses lugares.

Política, o despreparo frente à tecnologia, infidelidade conjugal, história do Brasil, religião, a vida no além. Tudo é motivo para os versos dos repentistas, transcritos em livrinhos e vendidos em cordões.

Os folhetos têm oito, 16 ou 32 páginas,

com ilustrações em xilogravuras. O cordel tradicional, inclusive, é impresso em papel ordinário, "de embrulho".

São comuns as histórias de pessoas que aprenderam a ler com a ajuda dos livrinhos de cordel. O professor Tenório-Pontes, inclusive, considera que "o cordel, embora seja em geral conservador e de forma tradicion-

nal, pode desempenhar um papel essencialmente popular, por causa de sua origem ligada a uma população pertencente ou originária das camadas mais modestas do país".

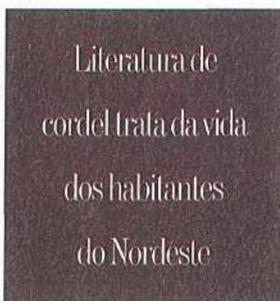
Para traçar justamente um paralelo entre a literatura de cordel nordestina e a literatura erudita luso-brasileira,

Tenório-Pontes acaba de lançar "L'apocalypse selon Cicero et Damiao" ("O apocalipse segundo Cícero e Damião"), edição bilíngüe em português e francês. Ele aborda desde padre Antônio Vieira até escritores, poetas e dramaturgos brasileiros contem-

porâneos.

O pesquisador brasileiro, nascido em Pernambuco, está na França desde 1971, exilado pela ditadura militar. Em Paris, realiza pesquisas sobre a literatura popular, em particular no Nordeste. Entre suas obras publicadas, está "Machismo - literatura de cordel".

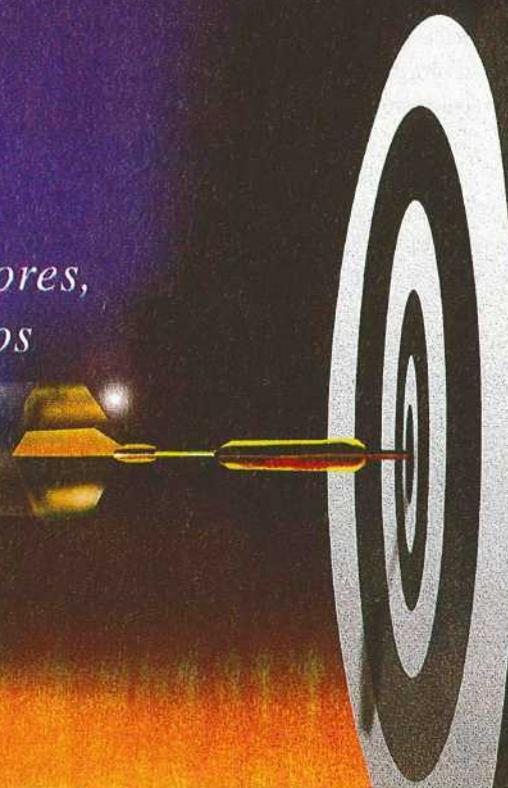
O apelo popular do cordel acontece não somente com relação aos consumidores do cordel, mas à própria produção. A literatura de cordel é impressa em pequenas tipografias do interior, ilustrada por xilogravuras gravadas em madeira, em geral feitas pelos próprios poetas ou artistas populares. Não significa, no entanto, que outras formas de produção, mais elaboradas, sejam descartadas. Inclusive para atingir seus apreciadores que acabam saindo da região Nordeste e se estabelecem em outros lugares e acabam não tendo acesso à divulgação local, levada adiante pelo próprio autor. Ao mesmo tempo em que já ganhou o mundo acadêmico, o cordel continua a avançar em sua própria terra. •



FENAE AGORA é lida por 75 mil empregados da Caixa Econômica Federal e distribuída para:

- 3.500 entidades sindicais e associativas
- 3.404 bibliotecas
- 1.500 órgãos de comunicação
- 236 organizações não-governamentais
- 120 universidades
- deputados federais, senadores, governadores, Assembléias Legislativas e partidos políticos

Anuncie aqui e atinja esse mercado



(61) 323-7516 - imprensa1@fena.org.br

Os ninhos do samba

Enquanto o pagode de boutique falsifica o samba nas TVs e rádios de todo o país, alguns lançamentos reabilitam o gênero nascido nas casas das tias baianas no centro do Rio, no início do século. O avulso "Raiz do samba" (Nikita) oferece gratas supresas como gravações dos falecidos Elizeth Cardoso ("Pelo seu destino", de Délcio Carvalho e Jorge Simas) e Mestre Marçal, com o autor Jorge Serrão, em "Dupla genial", onde ambos exaltam o duo de ases formado por Armando Marçal e Alcebiades Barcelos, que descolaram o samba inicial do maxixe. Outro dueto curioso do disco reúne as célebres rainhas do rádio rivais, Emílinha Borba e Marlene, no pioneiro partido alto de Noel Rosa "De babado", acompanhamento do grupo instrumental Galo Preto. Noel também pode ser ouvido no CD nas vozes eloquentes de Nelson Sargento ("Só pode ser você") e D. Ivone Lara ("O orvalho vem caindo"), além do grupo Toque de Prima ("Filosofia"). O cardápio de iguarias refinadas traz ainda Paulinho da Viola ("Rumo dos ventos" e "Maxixe do galo", com o Galo Preto, "Eu canto samba" com Dorina) e Elton Medeiros ("Quando a maré secar" e "Recomeçar", parceria com Paulinho).

O samba de raiz também pulsa em "Tudo azul", CD inaugural do selo Phonomotor da cantora Marisa Monte. O disco traz a Velha Guarda da Portela, que Paulinho da Viola levou para os estúdios pela primeira vez em 1970. Descobertos naquela época para o mercado, alguns compositores do grupo conseguiram emplacar sucessos como "Quantas lágrimas" (Manacé), "Saco de feijão" (Chico Santana), "Sofrimento de quem ama"



(Alberto Lonato) e "Passado de glória" (Monarco), entre outros. Filha de um ex-diretor portelense, a pós-MPB Marisa esmerou-se na produção e deu aos veteranos sambistas um tratamento de primeira. Com participações especiais do redentor Paulinho da Viola ("A noite que tudo esconde", de Alvaiade e Chico Santana), Zeca Pagodinho, Cristina Buarque (a criadora do sucesso "Quantas lágrimas") e da própria Marisa (na bela "Volta meu amor"), "Tudo azul" tem até uma valsa ("Eu te quero", de Jair do Cavaquinho e Colombo). Mas o forte são os sambas de vários formatos com as datas das com-

■ Tárík de Souza

posições registradas no encarte. Entram da parceria entre Candeia (já falecido) e Casquinha (ainda na ativa) "Falsas juras", de 1954, ao reflexivo "O mundo é assim" (1968) do mítico Alvaiade.

Com o vozeirão grave e bem timbrado que poderia ter conseguido mais destaque, não fosse a indústria musical tão surda aos talentosos, Monarco abre os trabalhos no hino "Portela desde que nasci", de 1963. No CD ela cintila em "Corri pra ver", composta entre 1955 e 1956 pelo trio Monarco, Casquinha e Chico Santana. O repertório traz ainda preciosidades como "Sabiá cantador" que Alvarenga fez entre 1948 e 1950, "Nascer e florescer" de Manacé (entre 1954 e 1955), "Vai saudade" de Candeia e David do Pandeiro (1966), "Você me abandonou", de 1945 (Alberto Lonato) e "Vem amor" (1956) de Casquinha, levada pelo próprio no gogó, batoque e saco plástico de efeito percussivo. Do clássico "Lenço" (Chico Santana/Monarco), de 1953, na voz de Zeca Pagodinho ao desconhecido "Tentação", de Casemiro da Cuíca e Ramon Russo de 1976, na voz do próprio cuiqueiro, "Tudo azul" conduz o ouvinte a um tempo e lugar de lirismo e delicadeza que parecem sepultados na desumanidade atual. Leiam o que escreveu o lendário Chatim em "Minha vontade" (1955), recantada no disco por Cristina Buarque: "Quero viver como passarinho/cantar, voar, sem direção/quando eu quiser construir meu ninho/hei de encontrar um coração".

Tárík de Souza,
jornalista»

A man and a woman are riding a jet ski on a large body of water. The jet ski is white with purple and green accents. They are both wearing life jackets. The water is blue and has a white wake behind the jet ski. In the background, there is a dense line of green trees under a blue sky with white clouds.

Praia no coração do Brasil

E stá chegando a temporada nas praias de areia branca e limpa de Goiás. Milhares de turistas aproveitam a alta estação, transformando as águas goianas em um balneário altamente freqüentado.

O quê??? Tá brincando? Praia em Goiás? Isso mesmo. A notícia pode surpreender muita gente Brasil afora, mas o goiano sabe bem onde se divertir na temporada que começa no finzinho de maio e vai até setembro. São as praias do Araguaia, rio que atravessa boa parte das regiões Centro-Oeste e Norte, passando por Goiás, mas também pelo

Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão.

As praias se formam durante a seca, quando a vazão do Araguaia e seus afluentes diminui. O leito descoberto revela lugares propícios a acampamentos, que proliferam principalmente a partir de junho.

Segundo avaliação da Agência Goiana de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Agência Ambiental), cerca de 120 mil pessoas passam anualmente pelas areias do rio, divididas em cerca de 500 acampamentos espalhados ao longo dos mais de 600 quilômetros de praia.

Mato Grosso e Tocantins também após-

Aruanã é porta de entrada das praias do Araguaia

Aruanã é a porta de entrada para as belezas do rio Araguaia em Goiás. Para chegar à cidade, partindo de Goiânia, basta pegar a rodovia GO-164. São 310 quilômetros da capital goiana até o local de melhor estrutura turística do rio e que, por isso, é a cidade mais conhecida e visitada.

Ainda em Goiás, outras boas opções são as cidades de Aragarças, Britânia, São Miguel do Araguaia, Porto Luiz Alves, Itacaiú e Bandeirantes. Esses locais, no entanto, não possuem infra-estrutura avançada.

Nada que espante os turistas. Se há gente que prefira o conforto de hotéis e pousadas, ainda pouco disseminados pela extensão do rio, a maioria dos turistas prefere mesmo acampar perto do rio, aproveitando a infra-estrutura básica de algum dos acampamentos montados. Tanto nos melhores acampamentos quanto nos hotéis, é possível encontrar barcos para passeios pelo rio e outras atrações.

Aragarças, em Goiás, e Barra do Garças, no Mato Grosso, são separadas apenas pelo rio, em sua confluência com o rio das Garças. A cidade mato-grossense possui até site na Internet, em <http://www.prefeitura.barradogarcasmt.com.br>.

Quem prefere o Mato Grosso tem ain-

da cidades como Cocalinho, Rio Cristalino, Rio da Morte, São Félix do Araguaia. Já aqueles que pretendem visitar o Araguaia pela região Norte encontram, em Tocantins, cidades e vilas como Araguaianã e Araguacema e praias em toda a extensão do rio, como as do Garimpinho, Xambioá e PauDarco.

O estado é banhado ainda pelo rio Tocantins, que apresenta várias outras opções de lazer, sempre no período de seca.

Peixes Tão procurada quanto as praias, ou até mais, a pesca atrai gente de todo o Brasil e de várias partes do mundo.

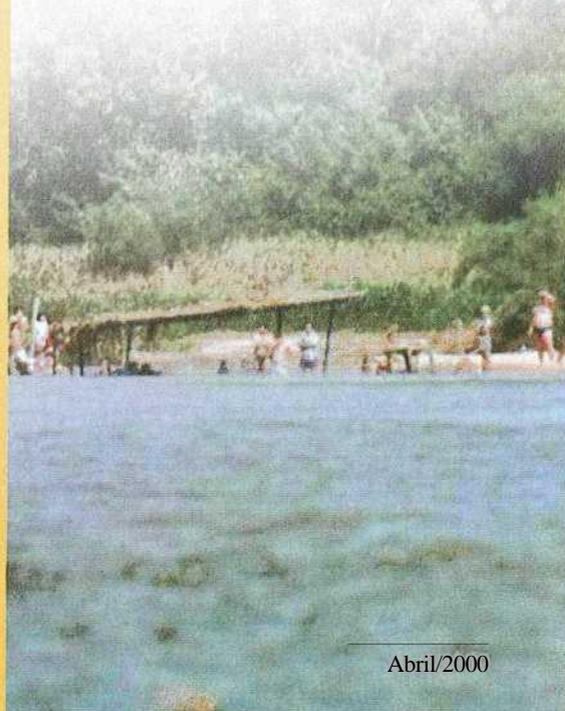
Os principais pontos de pesca são, além de Aruanã, Barra do Rio do Peixe, Porto Luiz Alves e Barreira da Benvinda (GO), Cocalinho, Rio Cristalino e Rio das Mortes (MT). Mas é possível pescarem boas quantidades na bacia do Araguaia-Tocantins em praticamente toda a sua extensão, de Goiás ao Pará, passando por Tocantins e Mato Grosso. Os paraenses, por exemplo, procuram a cidade de Itaipavas, ponto de pesca do jaú, por suas pedras e corredeiras. Acontecem na região até mesmo campeonatos de pesca esportiva.

tam no turismo do Araguaia, mas a maior infra-estrutura está mesmo em Goiás. E, se o estado comemora a atração de turistas e a geração de empregos e dividendos, o grande fluxo de turistas acaba gerando problemas ambientais graves. A força do rio vem sendo diminuída a cada ano, pelo assoreamento, e a poluição das águas cresce, também pela exploração vegetal e mineral - por parte de garimpos - às margens do Araguaia.

Isso motivou inclusive iniciativas integradas entre o governo do estado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Florestal, delegacia do Meio Ambiente e grupos ecológicos. Entre outras ações, turistas e moradores recebem noções de tratamento do lixo, convivência com a fauna e a flora, montagem correta de acampamentos e outras atividades. Além disso, são feitos o monitoramento da qualidade das águas e a fiscalização da caça e da pesca predatórias e de queimadas às margens do Araguaia. Dois outros projetos visam proteger o Pirarucu, maior peixe de água doce do mundo, e as tartarugas do rio.

Outro problema que ameaça o rio são as usinas hidrelétricas, que não somente mudam a paisagem e a vazão do rio, mas alteram o equilíbrio ecológico da região. A Eletronorte busca implantar, a apenas 100 quilômetros da nascente, a usina Couto Magalhães, entre outras iniciativas. Seu irmão, o rio Tocantins, cede suas águas para as usinas de Tucuruí e Serra da Mesa.

De olho no potencial turístico do rio, os estados e municípios têm procurado proteger o ecossistema do Araguaia.



Bacia Formado pelos rios Alma e Maranhão, o Araguaia nasce na fronteira entre Goiás e Mato Grosso, no município goiano de Santa Rita do Araguaia, nas formações elevadas do parque nacional das Emas, área de proteção ambiental no sul do estado. Os rios Tocantins e Araguaia formam a maior bacia hidrográfica localizada inteiramente em território brasileiro. São mais de 800 mil quilômetros quadrados.

Ainda sozinho, o Araguaia, logo após a fronteira entre Goiás e Tocantins, forma a ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo, com dois milhões de hectares. De tão grande, forma parte dos limites tocantinenses com Goiás e Pará e toda a fronteira com Mato Grosso. No norte da ilha está localizado o parque nacional do Araguaia, administrado pelo Ibama. No sul estão as nações indígenas Karajá e Javaé, cuja área é administrada pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Ao deixar o estado do Tocantins, o Araguaia junta-se ao rio que dá nome ao mais novo estado brasileiro e, com essa denominação, acaba desembocando no rio Pará, ao sul da ilha de Marajó. No total, são 2.640 quilômetros. Desses, hoje, dois mil quilômetros são navegáveis, entre a foz e a cidade de Peixe (TO).

Atrações O rio traz opções para todos os gostos. Além da praia a milhares de quilômetros do litoral mais próximo, o leito do Araguaia é quase um habitat natural para praticantes de jet-ski, ultraleve e todos os tipos de embarcações náuticas, que propiciam passeios de barco inescrutáveis. As areias são plenas de esportes e, nas matas próximas, o programa ideal é percorrer as trilhas, inclusive com a ajuda dos guias de hotéis e pousadas.

Mas ainda dentro do rio está a maior paixão dos turistas: a pesca. Quando se conhece a variedade de espécies,

é fácil entender a razão: dourada, tucunaré, pi-au, pintado, pirarara, cachorra, piraíba, barbadão, mandubé, corvina, trairá, aruanã, caranha, bicuda, bargada, pirarucu. Haja isca!

Apenas do lado goiano, são várias as cidades que servem de base para os acampamentos e sediam alguns hotéis ou pousadas (leia box na página 36). Aragarças, Aruanã e Porto Luiz Alves são apenas algumas delas. No Mato Grosso, outro estado que explora com sucesso o turismo, se destacam

Barra do Garças e São Félix do Araguaia. No Tocantins, as praias mais procuradas ficam nas cidades de Araguacema e Araguaianã.

Em boa parte desses locais, todo o conforto da vida moderna se mistura à vida simples do interior do Brasil. Isso ao longo de dois mil quilômetros de curso do rio, navegável em grande parte - o que, inclusive, gerou estudos para a construção de uma hidrovía interligando o Araguaia e o Tocantins.

Entre os clubes e grupos que montam acampamentos no Araguaia, todo ano, está a Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Goiás (Aseg). No ano passado, a associação ocupou uma ilha a 10 quilômetros de Aruanã. Mais de duas mil pessoas passaram pelo acampamento durante a temporada. Este ano, a Aseg também já prepara seu rancho na beira do rio.

Já tradicional na paisagem do Araguaia, o acampamento da Aseg é apenas um dos incontáveis que se montam, todas as temporadas, no coração do Brasil. Num país com o potencial turístico do Brasil, o sucesso de praias de água doce, em plena região Centro-Oeste, era só que faltava para ampliar as atrações turísticas nacionais. •

Maior paixão dos turistas é a pesca esportiva ao longo do Araguaia



FHC REVELOU QUE QUERIA SER ATOR! FOIS VEJA AGORA COMO SERIAM AS PRINCIPAIS...

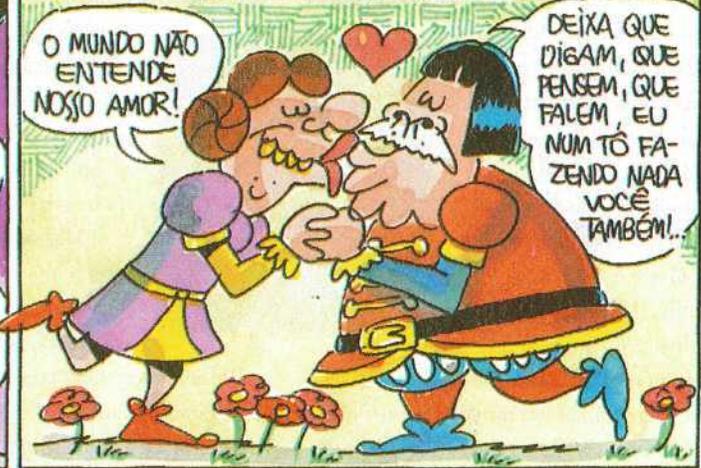
PEÇAS TEATRAIS DE FHC

POR MARCIO

● **HAMLET:** A HISTÓRIA DE UM TUCANO QUE VIVIA EM CIMA DO MURO.



● **ROMEU E JULIETA:** A HISTÓRIA DO AMOR ENTRE DOIS CLÁS APARENTAMENTE INCOMPATÍVEIS.



● **ÉDIPO REI:** A HISTÓRIA DE UM BANQUEIRO APASSIONADO POR SUA MÃEZONA QUE O TRATAVA COMO REI.



● **RAPUNZEL:** A HISTÓRIA DE UMA MULHER QUE FAZIA AS MAIORES LOUCURAS POR AMOR (AMOR AO PODER, CLARO!).



● **MORTE E VIDA SEVERINA:** A HISTÓRIA DE UMA REGIÃO TOTALMENTE ABANDONADA PELO GOVERNO.



● **AUTO DA BARCA DO INFERNO:** A HISTÓRIA DE UM PRESIDENTE QUE CONSEGUIU TRANSFORMAR O PAÍS NUM VERDADEIRO INFERNO.





Só a Sasse Caixa Seguros dá o valor que seu patrimônio merece.

A Sasse Caixa Seguros garante a proteção que você merece. Seguro residencial, de automóvel, de acidentes pessoais, detida, de saúde, de empresas, de término de obras, de habitação e previdência privada. Tudo com a exclusiva garantia dos 130 anos da Caixa. Não tem segredo. Seguro é com a Sasse Caixa,

SASSE CAIXA
SEGUROS

Central Sasse Caixa de Atendimento: 0800-16-6383
www.sassecaixa.com.br

GRANDES PARCEIROS
SEMPRE TÊM UMA MARCA EM COMUM.

CAIXA

SASSE CAIXA
SEGUROS

FENAE
SEGUROS

A FENAE Seguros tinha que mudar sua marca. Não dá para falar da FENAE sem falar da SASSE. Como não dá para falar da SASSE sem falar na CAIXA. Pensar nessas três instituições sem lembrar de parceria, modernidade e evolução, é impossível. Há 26 anos a FENAE vende seguros, a CAIXA abre seus balcões para comercializá-los e a SASSE cuida da proteção e da garantia. Sempre oferecendo produtos novos, ágeis e competitivos. E cada vez mais fortalecendo essa união. Se já dava para perceber a identidade dessa aliança, agora ficou mais fácil com a nova marca da FENAE.